



Número: **0800228-39.2018.8.15.0091**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Taperoá**

Última distribuição : **17/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
ANA MARIA FERREIRA (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SUETONIO ANISIO FURTUNATO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO (AUTOR)		MARCELO DANTAS LOPES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14262320	17/05/2018 23:22	Petição Inicial	Petição Inicial
14262436	17/05/2018 23:22	PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos
14262464	17/05/2018 23:22	PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Procuração
14262833	17/05/2018 23:22	OUTROS DOCUMENTOS 1.compressed (1)	Outros Documentos
14262467	17/05/2018 23:22	OUTROS DOCUMENTOS 2-ilovepdf-compressed (1)	Outros Documentos
15574594	26/07/2018 13:27	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23662518	20/08/2019 12:17	Despacho	Despacho
23735455	22/08/2019 10:25	Carta	Carta
24812819	27/09/2019 10:18	Certidão	Certidão
24812822	27/09/2019 10:18	AR DIVERSOS	Aviso de Recebimento
25281051	14/10/2019 15:22	Contestação	Contestação
25281408	14/10/2019 15:22	2643520_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
25281409	14/10/2019 15:22	2643520_CONTESTACAO_Anexo_021	Outros Documentos
25281411	14/10/2019 15:22	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
26258898	18/11/2019 08:52	Mandado	Mandado

26527 328	26/11/2019 11:32	Habilitação	Petição de habilitação nos autos
26527 339	26/11/2019 11:32	KIT_SEGURADORA_LIDER	Procuração
26527 340	26/11/2019 11:32	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
31175 840	01/06/2020 18:51	Certidão	Certidão
32433 200	17/07/2020 17:55	Sentença	Sentença
33041 710	08/08/2020 22:12	Apelação	Apelação
33041 713	08/08/2020 22:12	APELAÇÃO DE DEMETRIUS E OUTROS-convertido	Apelação
33445 219	20/08/2020 17:07	Contrarrazões	Contrarrazões
33445 222	20/08/2020 17:07	2643520_CONTRARRAZOES_DE_RECURSO_01	Outros Documentos
35944 265	27/10/2020 08:50	Certidão	Certidão
37778 619	27/10/2020 17:39	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
37778 620	06/11/2020 15:10	Despacho	Despacho
37778 621	26/11/2020 19:44	Certidão	Certidão
37778 622	04/12/2020 08:23	Termo de Audiência	Termo de Audiência
37778 623	04/12/2020 08:23	TA 0112 1630 0800228-39.2018.8.15.0091	Termo de Audiência
37778 624	09/12/2020 15:33	Despacho	Despacho
37968 122	17/12/2020 12:01	Decisão	Decisão
37975 380	17/12/2020 13:07	Certidão	Certidão
46421 322	28/04/2021 18:56	Despacho	Despacho
46421 323	18/05/2021 17:10	Despacho	Despacho
46421 324	20/05/2021 12:32	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
46421 325	20/05/2021 12:46	Intimação de Pauta	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
46421 326	08/06/2021 10:49	Certidão de julgamento	Certidão
46421 327	21/06/2021 17:01	Acórdão	Acórdão
46421 328	21/06/2021 17:01	Relatório	Relatório
46421 329	21/06/2021 17:01	Ementa	Ementa
46421 330	21/06/2021 17:01	Voto do Magistrado	Voto
46421 331	22/06/2021 14:14	Expediente	Expediente
46421 332	29/07/2021 14:56	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
46817 148	09/08/2021 12:24	Certidão	Certidão
48436 649	13/09/2021 09:54	Expediente	Expediente
48436 650	13/09/2021 09:54	Expediente	Expediente
33041 714	22/09/2021 22:24	PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE	Petição
49430 319	04/10/2021 07:48	Certidão	Certidão
51485 422	18/11/2021 19:09	Decisão	Decisão

51975 451	29/11/2021 22:05	JUNTADA DA PROCURAÇÃO E DOS DOC EXIGIDOS PELO JUÍZO E	Petição
51975 479	29/11/2021 22:05	DOCUMENTOS DOS AUTORES LEGÍVEIS	Documento de Comprovação
51975 489	29/11/2021 22:05	PROCURAÇÃO PEDRO HENIRQUE ANISIO	Procuração
51975 915	29/11/2021 22:21	Procuração	Procuração
51975 927	29/11/2021 22:21	PROCURAÇÃO PEDRO HENRIQUE ANISIO	Procuração
52413 686	09/12/2021 09:59	Certidão	Certidão
52421 861	13/12/2021 10:03	Despacho	Despacho
53316 115	17/01/2022 15:49	Petição	Petição
53316 119	17/01/2022 15:49	2643520_MANIFESTACAO_SOBRE_DOCS_01	Outros Documentos
53587 698	25/01/2022 16:06	Certidão	Certidão
53629 372	26/01/2022 13:58	Sentença	Sentença

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO - FORMATO PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ TITULAR DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE TAPEROÁ – PB,

“URGENTE”

JUSTIÇA GRATUITA - Gratuidade Processual - Art. 4º da Lei nº 1060/50

PROCEDIMENTO COMUM

REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INCLUSO

INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO

DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade (RG) sob nº 4061759 SSP/PB e do CPF sob nº 702690284-98, JOSÉ EWERTON ANISIO FERREIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade (RG) sob nº 4313724 2º via SSP/PB e do CPF sob nº 131514264-33, WELLINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do CPF sob nº 14619424463, SUETÔNIO ANISIO FORTUNATO, brasileiro, casado, agricultora, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob nº 2303165 2º via SSP/PB e do CPF sob nº 073602994-03, CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade (RG) sob nº 20796643-3 SSP/RJ e do CPF sob nº 109098467-74, PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA, menor impúbere, incapaz representado neste ato pela a sua genitora ANA MARIA FERREIRA, brasileira, solteira, agricultora, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob nº 2303165 2º via SSP/PB e do CPF sob nº 073602994-03, todos residentes e domiciliados na Rua Francisco Anízio Vilar, 57, Conjunto CEMAP, Taperoá/PB, CEP 58680 000, email: dlclientestap@gmail.com, MARIA JOSÉ ANISIO FORTUNATO, brasileira, solteira, balconista, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob nº 27002919-2 SSP/RJ e do CPF sob nº 143478037-61, & RITA DO CARMO FORTUNATO, brasileira, casada, aposentada, portadora do CPF sob nº 76870421408, ambas residentes e domiciliadas na Estação Vitor Dunas, 1118, Rua B Lote 4 Quadra 15, Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ, CEP 23550-570, email: dlclientestap@gmail.com, pelos os instrumentos procuratórios em anexo (DOC. 1), por intermédio de seus procuradores e advogados “*in fine*” assinados, com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias Castro, nº 121, Centro, Taperoá-PB, onde receberá as eventuais intimações e notificações de estilo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com supedâneo legal na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – VITIMA FATAL

pelo PROCEDIMENTO COMUM em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 09.248.608/0001-04, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, com sede e domicílio na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, N° 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848

Marcelo Dantas Lopes
Advogado
OAB PB 18446





I – DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

A concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que os promoventes não possuem condições de arcar com as despesas e custas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50 e do artigo 1º da lei nº 7.115/1983, como atesta a declaração de hipossuficiência econômica realizada na “*procuração ad iudicia et extra*” (DOC.1).

Ademais, o fato de ingressar em Juízo sob o patrocínio de advogado não integrante dos quadros da Defensoria Pública, nenhuma influência tem na concessão do benefício pleiteado, conforme entendimento da sumula 29 do TJPB, que assim preceitua:

“Não está à parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública”.

É o requerido!

III – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURIDICOS DA DEMANDA

A *causa petendi* que se assenta nas linhas a seguir revela o exercício do mais legítimo Direito da Ação e é mote para **aplicação inequívoca da lei 6.194/74 e seus consectarios legais**, em **DIALOGO DAS FONTES**, com a **Constituição Federal, Processo Civil e o próprio Direito Civil**.

III – DA CAUSA DE PEDIR REMOTA

O senhor **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade **RG 3340214 SSP/PB e do CPF sob nº 87340372415**, conforme documentos pessoais em anexo (DOC. 2) faleceu vítima de acidente de transito em via pública na Estrada PB 238, mas mediações do Sítio Santa Maria, Zona Rural de Taperoá/PB, no dia **24/06/2017**, sendo sepultado no Cemitério “Consolação” no Município de Taperoá/PB, conforme certidão de óbito e boletim de ocorrência e acostadas na presente peça vestibular (DOCs. 3 e 4).

Outrossim, MM Juiz, o “de cujus” deixou **ESPOSA e 07 (SETE FILHOS)**, conforme certidão de óbito (DOC.3), são eles:

RITA DO CARMO FORTUNATO (Esposa)

DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO (Filho)

JOSÉ EWERTON ANISIO FERREIRA (Filho)

WELLINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO (filho)

SUETÔNIO ANISIO FORTUNATO (filho)

CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO (filho)

PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA (Filho menor impúbere representado neste ato pela a sua genitora ANA MARIA FERREIRA.

MARIA JOSÉ ANISIO FORTUNATO (Filha)

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nª 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado - OAB/PB 18446





Os requerentes são herdeiros legalmente habilitados do “de cujus”, conforme CERTIDÃO DE ÓBITO (DOC. 3), CERTIDÃO DE CASAMENTO (DOC.5) E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO (RG) DOS FILHOS (DOC. 6) acostada na presente peça vestibular.

Destarte, MM Juiz, claro está à qualidade DE ÚNICOS HERDEIROS legítimos do “de cujus” FRANCISCO ANÍZIO FORTUNATO.

Assim, MM Juiz, os requerentes como já mencionado são HERDEIROS NA QUALIDADE DE ESPOSA E FILHOS do “de cujus” FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO, conforme documentação em anexo, falecido em 24/06/2017, vítima de acidente de trânsito, quando o mesmo trafegava na RODOVIA ESTADUAL 238, NAS MEDIAÇÕES DO SÍTIO SANTA MARIA NO DIA 24/06/2017 como CONDUTOR da MOTOCICLETA HONDA CG TITAN KS, COR AZUL, PLACA MNB 6838 COLIDIU FRONTALMENTE COM O VEÍCULO CHEVROLET CELTA, COR BRANCA, PLACA MOI 6070, CONDUZIDO PELA A SENHORA MARIA JOSÉ DE ARAÚJO, conforme Boletim de Ocorrência acostada na exordial.

Registra-se que o sr. FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO faleceu no local, tendo sido constatado pela a EQUIPE DA SAMU, conforme Boletim de Ocorrência acostada nos autos.

A certidão de óbito aponta que o evento morte fora causado por POLITRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO COM HEMORRAGIA INTERNA advindo do ACIDENTE DE MOTO, conforme certidão de óbito acostado na presente peça.

Ciente de seu direito os requerentes ingressaram com o pedido administrativo NO DIA 24/11/2017 NOS CORREIOS NA CIDADE DE TAPEROÁ/PB incluso na presente peça (DOC. 7) tendo sido POSTERGADO por ausência de COMPLEMENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ENVIADOS e AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS, conforme carta da promovida em anexo (DOC. 8).

EXCELÊNCIA TODOS OS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A INICIAL FORAM ACOSTADAS NO SINISTRO 3170659950 E OUTROS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA A PROMOVIDA, CONTUDO, PARA POSTERGAR O DIREITO DOS AUTORES EXIGE DOCUMENTOS QUE JÁ FORAM ENVIADOS, CARACTERIZANDO ASSIM, UMA TENTATIVA DE OBSTAR O DIREITO DOS AUTORES.

ORA, MM JUIZ, A PROMOVIDA ESTANDO DE POSSE DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A INICIAL JÁ SÃO SUFICIENTES PARA A CONCESSÃO DA INDENIZAÇÃO NA SEARA ADMINISTRATIVA COMO EM INÚMEROS CASOS.

ASSIM, MM JUIZ, O INTERESSE DE AGIR DOS AUTORES ENCONTRA-SE CONFIGURADOS, POIS TENTOU INICIALMENTE NA SEARA ADMINISTRATIVA A CONCESSÃO DO SEGURO DPVAT COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA, INCLUSIVE DO TJPB.

Estando os autores com todos os documentos necessários para a concessão do SEGURO DPVAT a promovida optar em obstar requerendo documentos totalmente desnecessários, desse modo, NÃO RESTA OUTRA ALTERNATIVA senão bater as portas do Poder Judiciário para que seja concedido o seguro que lhe são de direito.

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, N° 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848

*Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado - OAB/PA 18446*

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, **sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.**

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**, culminado com o óbito, os Requerentes **HERDEIROS** do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer do seu Direito.

V – DA CAUSA DE PEDIR PRÓXIMA

A – Do seguro DPVAT

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “I” nestes termos:

Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

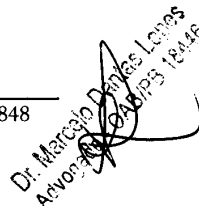
I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que OS REQUERENTES devem ser indenizados pelo seguro, como medida de direito, visto que são filhos e esposa do falecido FRANCISCO ANISIO FORTUNATO.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, N° 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848


Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado - OAB/PA 18446



APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT-INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE Ocorrência IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

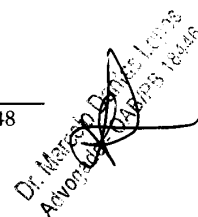
Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

VI – DA PERÍCIA

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

VII – DOS PEDIDOS IMEDIATO E DOS PEDIDOS MEDIATOS

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, Nº 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848


Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado - OAB/PR 18446



1. Do pedido imediato:

a) Requer seja recebida esta inicial, bem como seja processada a presente demanda até final decisão jurisdicional procedente de mérito, haja vista a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, bem como dos requisitos dos artigos 319 e 320 do NCPC. Ademais, requer ainda que seja aplicado *in totum* a lei n. 6.194/74 - Seguro DPVAT.

2. Dos pedidos mediatos:

Diante dos fatos articulados e fundamentados no direito, pela privacidade vilipendiada e moral espancada, é que se requer o seguinte:

a) Preliminarmente a **concessão da justiça gratuita tendo-se em vista que os promoventes não possuem condições de arcar com as despesas processuais, sem que lhe cause prejuízos ao seu respectivo sustento e a sua respectiva família, com fundamento no artigo 4º da lei nº 1.060/50, conforme declaração de hipossuficiência inclusa na “procuração ad iudicia et extra” (DOC.1);**

b) A citação da requerida, no endereço declinado no preâmbulo para conhecer dos termos da presente, e o processamento desta inicial, sob pena de revelia, em conformidade com o artigo 319 do Novo Código de Processo Civil;

c) **A procedência da presente demanda para o fim de condenar a requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais;**

d) Que o valor da condenação seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, tudo em conformidade com a súmula 54 do STJ;

e) Que seja a requerida condenada ao pagamento das custas processuais e os honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação;

f) O julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, I do Novo Código de Processo Civil, visto que, as provas são meramente documentais;

h) Que seja todas as publicações, intimações, notificações e quaisquer outros atos de intercambio processual deste juízo sejam realizados na pessoa dos advogados que esta subscreve, sob pena de possível nulidade.

i) Que não seja marcada audiência preliminar haja vista que a promovida declina pelo acordo após a prolação da sentença;

j) Por fim, requer a juntada de todos os documentos acostados na exordial.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas provas documentais e outras que se fizerem necessárias ao deslinde da presente ação.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil reais) para meros efeitos fiscais.

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, N° 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado OAB/RS 18446





Nestes Precisos Termos, Pede e Confia no Deferimento.

Taperoá – PB, 05 de maio de 2018 .

MARCELO DANTAS LOPES

Advogado OAB/PB 18446

Escritório Filial Taperoá - Rua Manoel Farias Castro, N° 121, Centro – Fone 9960-4118/ 988939848

Dr. Marcelo Dantas Lopes
Advogado OAB/PB 18446



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: WELLINGTON EMANUEL PEREIRA ANTONIO, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na Rua Francisco Aurélio Viana, nº 10, Centro, Taperoá/PB, constituído e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para *o foro em geral, especialmente para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DUA* podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor é outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

Wellington Emanuel Pereira Antonio
OUTORGANTE



CÓDIGO DE CONTROLE
0EF9.E878.8BF2.0358



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:24:58 do dia 12/07/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 90

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
146.194.244-63

Nome
WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO

Nascimento
08/02/2001



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,
OUTORGANTE: RITA DO CARMO FERREIRA, brasileira,
aposentada, viúva residente e domiciliada
na Estrada Vitor Dumas, 368, Rua B LTH QD 15
Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ).
 constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra* para o foro em geral, especialmente para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

RITA DO CARMO FERREIRA
OUTORGANTE





CPF: 768704 214-08



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: JOSE EVERTON ANISIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, residente e domiciliado na Rua Francisco Anizio Vilas, 57, Conjunto CENAP Taperoa/PB, constituo e nomeio os procuradores.

OUTORGADAS: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB - 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoa-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para, em foro em geral, especialmente para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoa/PB, 28 de Março de 2018

JOSE EVERTON ANISIO FERREIRA
OUTORGANTE



LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ASSINATURA DO DIRETOR

JOÃO PEREIRA - DE

CPF 131.514.264-33

CARTÓRIO TAPEROA PB

NASC. N. 16014 FLS. 202V LIV. A. 16

DOC. ORIGEM

TAPEROA-PB

NATURALIDADE

ANNA MARIA FERREIRA

FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO

JOSE EWERTON ANÍSIO FERREIRA

REGISTRO GERAL 4.313.724

DATA DE EXPEDIÇÃO 09/03/2015

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE NASCIMENTO 17/01/1999



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: DANIEL RUI FRANCISCO FERREIRA ARAÚJO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Francisco Antônio Viana, 37, Conjunto CENAP, Taperoá/PB, constitui e nomeia os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente, para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

Daniel Rui Francisco Ferreira Araújo
OUTORGANTE







PROCURAÇÃO AD JUDITIA ET EXTRA

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: MARIA JOSE ANISIO FORTUADO BEN-SILKEA, SOLTEIRA, BAILENISTA, RESIDENTE E DOMICILIA-DO NA ESTADA VITOR DUMAS 3368, RUA B LT 4 B0035, SAOPA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ,
, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB - 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente, para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

Maria Jose Anisio Fortuado

OUTORGANTE



A validade deste comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço www.recfeita.fazenda.gov.br
 Comprovante emitido pelo
 Superintendente de Recolha Federal do Brasil
 às 11:30:51 do dia 28/06/2017 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

CÓDIGO DE CONTROLE
 DD79.B847.5CF1.ED2A

VALOR SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO
 08/03/1990
 Nascimento

MARIA JOSE ANISIO FURTUMATO
 Nome

143.478.037-61
 Número

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Recfeita Federal
 Cadastro de Pessoas Físicas

MINISTÉRIO DA FAZENDA



REPÚBLICA REPRESENTAÇÃO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
 SETOR DE IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL

Polígrafo Direto
 0353

Maria José Anísio Furtumato

CÓDIGO DE CONTROLE

VALOR EM TIPO DE SERVIÇO SOCIAL

27.082.919-2
 Nº de Inscrição

02/06/2017
 Data de Emissão

MARIA JOSE ANISIO FURTUMATO
 Nome

FABRICIO ANISIO FURTUMATO
 Nome

ALTA DO CARDO FURTUMATO
 Nome

TAPERNOIA/RS
 Localidade

C. NASC LTV N/12 PLS 563 TERM 11873
 Nº de Inscrição

06/03/1990
 Data de Nascimento

0353

LEI Nº 7.116/08 INCISOS



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Rua Francisco Anízio Viçaz, 57, Conj. CENAP, Taperoá/PB, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADAS: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor Ações de Cobrança do Seguro DPVAT

podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

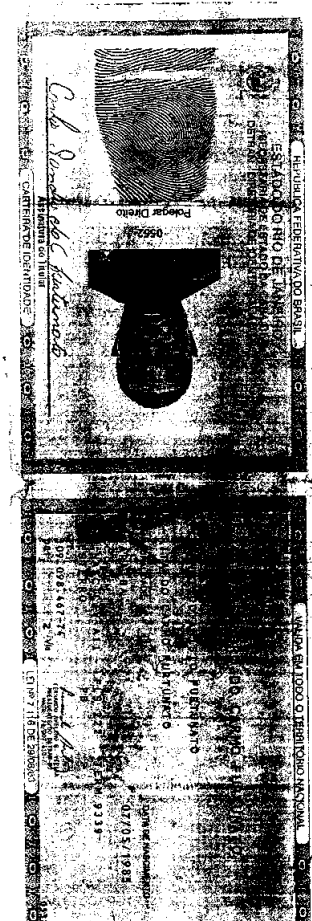
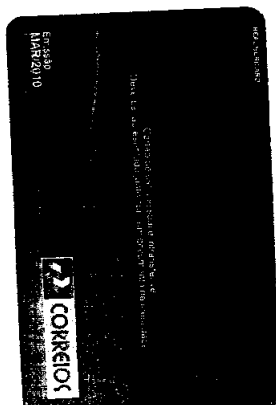
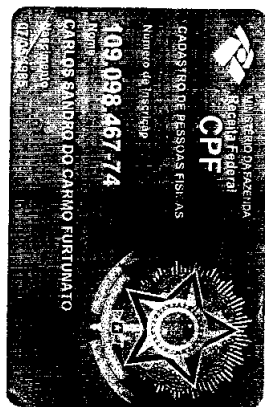
PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

Carlos Sandro do Carmo Fortunato
OUTORGANTE





Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: SUETONIO AMIZIO FORNARIANO, brasileiro
SOLTEIRO, AGRICULTOR, RESIDENTE E DOMICILIADO NA
RUA FRANCISCO AMIZIO VILLAR, 57, LONJIMO CEMAP
TAPERÓIA/PB.

constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADAS: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado
regularmente inscrito na OAB - 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na
com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro,
Taperóia-PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e
interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar
os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou
Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes
procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et*
extra, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT
podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar
termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os
respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer
natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo
substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e
valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste
mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima
descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a
procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a
ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação,
receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça
gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com
a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os
contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual
20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação
(liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência,
podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento
deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e
outro em nome dos patronos.

Taperóia/PB, 28 de Março de 2018

Suetonio Fornari
OUTORGANTE



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: SUETONIO ANISIO FURTUNATO
Data de Nascimento: 24/09/1993
CPF: 143.478.047-33
RG: 13246

Assinatura: [Assinatura manuscrita]

0200 143

Polegar Direito


0200 143


Assinatura: [Assinatura manuscrita]

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
143.478.047-33

Nome
SUETONIO ANISIO FURTUNATO

Nascimento
24/09/1993

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
9865.D4A9.A7A7.51E6

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 12:45:03 do dia 01/09/2014 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,

OUTORGANTE: PEDRO EURIQUE ANÍSIO FERREIRA, menor INURBEE, nascido em 12/05/1982, residente e domiciliado na Rua Assa Centro, s/nº, Maria Ferreira, Brasileira, solteira, agricultora, residente e domiciliado na Rua Francisco Sá, s/nº, Conjunto CEMAP, Taperoá/PB, constitui e nomeio os procuradores:

OUTORGADAS: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB – 2PB sob o n.º s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá–PB, eletrônico: marcelodladv@gmail.com

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de Cobrança do Seguro DPVAT
podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20%, a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 28 de Março de 2018

Maria Ferreira

OUTORGANTE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.303.165 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 09/10/2017

NOME ANA MARIA FERREIRA

FILIAÇÃO MARIA DE LOURDES FERREIRA

NATURALIDADE TAPEROÁ-PB DATA DE NASCIMENTO 23/03/1978

DOC ORIGEM NASC.N. 4294 FLS. 048V LIV. A-5 CARTORIO TAPEROA-PB

CPF 073.602.994-03

Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 14/05/2018 23:09:27

Marcelo A. B. Lopes

Cardeiro do Mello de

29/08/83

0 +

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02 P-139

Ana Maria Ferreira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



CÓDIGO DE CONTROLE

37AE.325D.8CF0.2E8D



Entido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 08:23:16 do dia 12/07/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 80

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



**Ministério da Fazenda
Receita Federal**



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número

146.193.734-51

Nome

PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA

Nascimento

08/10/2003





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

0337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

Certidão de Nascimento

NOME:

PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA

MATRÍCULA

0706980155 2003 1 00017 269 0017482 41

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO)
três de outubro de dois mil e três

DIA MÊS ANO
03 10 2003

HORA DE NASCIMENTO
08:40

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
Juazeirinho-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF

Taperoá-PB

LOCAL DE NASCIMENTO

Fundação Assistencial e Hospitalar de Juazeirinho PB -
Juazeirinho-PB

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO e ANA MARIA FERREIRA

AVÓS

Paterno(s): LUZIA DO CARMO

Materno(s): MARIA DE LOURDES FERREIRA.

GÊMEOS

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

vinte e quatro de outubro de dois mil e três (24/10/2003).

DNV (DEC. NASC. VIVO)

NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª VIA. Registro lavrado em 24/10/2003, no livro A-00017, Nº 17482, folha 269-V.

NOME DO OFÍCIO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF

Taperoá-PB

ENDEREÇO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP
58680000 Fone: 3463-2451 E-mail:
cartorioribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Taperoá-PB, 01 de agosto de 2017.

Cláudia Regina Guimarães
Cláudia Regina Guimarães
Escrevente Compromissada

Selo Digital: **AFK90369-VROB**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

0337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

forpen

forpen

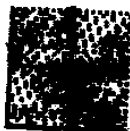
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 262805 B



100-443887-100

OTO RIO DE JANEIRO - RJ P/L / LOCAL
RITA DO CARMO FURRINATO
EST VITOR DUMAS, 1168
RUA B LT 4 QD 15
SANTA CRUZ
23550-570 RIO DE JANEIRO - RJ



NO 1046500 70000 0000017002 100151

Cadastre-se no Conta Online. Saiba mais.



Beide A-bomben der US-Luftwaffe waren
ausnahmslos von hitlerianen einge-
setzt.

Page 1025-2017
Page 45/06/2017

Sua conta chegou.





Seguradora LIDER
Administradora do Seguro DPVAT




BRASIL
21.12.18

CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO
RUA SÃO FRANCISCO ANISIO VILAR, sn
CJ SAO FRANCISCO
CEP 58680000 - TAPEROÁ - PB

<p>DEVOLUÇÃO</p> <p>Seguradora Lider, DPVAT</p> <p>CAIXA POSTAL 40.970</p> <p>CEP: 20.270-971</p> <p>www.seguradoralider.com.br</p>	<p>Para uso dos correios</p> <p> <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Não procurado </p> <p>Data: ____/____/____</p>	<p>Responsável pela informação</p> <p>Entregador: _____</p> <p> <input type="checkbox"/> Morador <input type="checkbox"/> Síndico <input type="checkbox"/> Porteiro </p>
--	--	---

Entre em contato conosco

SAC DPVAT 0800 022 12 04

www.seguradoralider.com.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N
CENTRO - CEP 58600-000
TAPERÓIA-PB.

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO
RITA DO CARMO FURTUNATO

MATRÍCULA:

0706980155 1984 2 00007 023 0001611 31

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONTRAENTES

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO, nascido em trinta e um de outubro de um mil novecentos e sessenta e dois (31/10/1962), natural de Taperoá-PB, brasileiro. Filho de LUZIA DO CARMO.
RITA DO CARMO, nascida em doze de março de um mil novecentos e sessenta e quatro (12/03/1964), natural de Desterro-PB, brasileira. Filha de MARIA DAS DORES DO CARMO.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e seis de julho de um mil novecentos e oitenta e quatro

DIA

26

MÊS

07

ANO

1984

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: RITA DO CARMO FURTUNATO

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª VIA. Registro lavrado em 26/07/1984, no Livro B-00007, Nº 1611, folha 23.

No presente termo consta a anotação em que o contraente teve seu óbito lavrado neste cartório aos 26/06/2017, livro C/00007, fls: 79, sob nº 4088, falecido aos 24/06/2017.

NOME DO OFÍCIO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Taperoá-PB, 25 de julho de 2017

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF

Taperoá-PB

ENDEREÇO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP
58600000 Fone: 3463-2451 E-mail:
cartorioribeirtoledo@hotmail.com

Claudia Regina Guimarães

Escrevente Compromissada

Selo Digital: AFK90356-RGEJ

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tpb.jus.br>

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58600-000
TAPERÓIA-PB.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 262771



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:
JOSÉ EWERTON ANÍSIO FERREIRA

MATRÍCULA

0706980155 1999 1 00016 202 0016015 14

036975801-05
CARTÃO DE REGISTRO CIVIL
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N
CENTRO - CEP 56680-000
TAPEROÁ-PB.

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) _____
dezessete de janeiro de um mil novecentos e noventa e nove

DIA 17 MÊS 01 ANO 1999

HORA DE NASCIMENTO 20:42 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Taperoá-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Taperoá-PB LOCAL DE NASCIMENTO HOSPITAL DISTRITAL - Taperoá-PB SEXO masculino

FILIAÇÃO FRANCISCO ANÍSIO FURTUNATO e ANA MARIA FERREIRA

AVÓS
Paterno(s): LUZIA DO CARMO
Materno(s): MARIA DE LOURDES FERREIRA.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) vinte e oito de janeiro de um mil novecentos e noventa e nove (28/01/1999). DNV (DEC. NASC. VIVO) NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
2ª VIA. Obs: Registro lavrado em 28/01/1999, no livro A-00016, Nº 16015, folha 202-V. Consta no presente termo a averbação da Emancipação do registrado por Instrumento de Escritura Pública de Emancipação lavrada aos 30/09/2015, no Serviço Notarial e Registral de Taperoá-PB, no livro nº 77, folha 86v, traslado 1º, onde o registrado foi emancipado e habilitado para praticar e exercer todos os atos da vida civil. Dado e passado nesta cidade aos 30/09/2015.

NOME DO OFÍCIO
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 30 de setembro de 2015.

OFICIAL REGISTRADOR
Maria das Graças Dias de Toledo Farias

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil

MUNICÍPIO/UF
Taperoá-PB

Selo Digital: ABX18779-JEEA
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

ENDEREÇO
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 56680000 Fone: 3463-2451 E-mail: cartorionbeirotoledo@hotmail.com

036975801-05
CARTÃO DE REGISTRO CIVIL
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N
CENTRO - CEP 56680-000
TAPEROÁ-PB.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER DULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 806973 A



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
AV. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 56680-000
TAPEROÁ-PB.

Certidão de Nascimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO
NOME
MATRÍCULA

0706980155 2001 1 00017 096 0016788 75

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) oito de fevereiro de dois mil e um		DIA 08	MÊS 02	ANO 2001
HORA DE NASCIMENTO 04:00	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Taperoá-PB			
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Taperoá-PB	LOCAL DE NASCIMENTO HOSPITAL DISTRITAL - Taperoá-PB		SEXO masculino	
FILIAÇÃO FRANCISCO ANISIO FURTUNATO e ANA MARIA FERREIRA				
AVÓS Paterno(s): LUZIA DO CARMO Materno(s): MARIA DE LOURDES FERREIRA				
GÊMEOS NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI			
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) sete de julho de dois mil e um (07/07/2001)		DNV (DEC. NASC. VIVO) NADA CONSTA		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES 2ª VIA. Registro lavrado em 07/07/2001, no livro A-00017, Nº 16788, folha 96.				

LOCAL DO OFÍCIO
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR
Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF
Taperoá-PB

ENDEREÇO
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP
56680-000 Fone: 3463-2451 E-mail:
cartorio@beltrioleto@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 25 de novembro de 2015.

Cláudia Regina Guimarães
Cláudia Regina Guimarães
Escrevente Compromissada

Selo Digital: ABX18879-10EP
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tpb305.br>

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
AV. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 56680-000
TAPEROÁ-PB.

ADENDICACIÃO Nº 1 001 175 100 000





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRA

Estado d e Paraíba

Município (ou Comarca) d e Taperoá

Cartório d e Taperoá

103.337.589/000

REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DO REGISTRO

Rua 15 de Novembro, 10

CENTRO - CEP. 58680-

TAPEROÁ-PB

Maria das Graças Dias de Toledo Farias.

Oficial do Registro Civil

Maria das Graças Dias Toledo Farias
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CPF: 630.810.704

NASCIMENTO N.º 17.482

Certifico que às fls. 269 do livro n.º A/17 do Registro de Nascimento foi fe
nascimento de = PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA =

Nascido ao s 03 de outubro de 2003 às 8 horas e 40

na Fundação Assistencial e Hospitalar de Juazeirinho Pb

do sexo masculino

filh o

de FRANCISCO ANISIO FURTUGADO, agricultor, residente nest

e de Ana Maria Ferreira, brasileira agricultora, residente nesta cid

sendo avós paternos Luzia do Carmo.

e maternos Maria de Lourdes Ferreira

Foi declarante O Pai

e serviram de testemunhas Aluisio Lima do Ó

Maria Alice Diniz Sousa Moura Brasil.

OPERAÇÃO Registro lavrado nos termos da lei 9.534/97

103.337.589/0001-00

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Rua 15 de Novembro, 10

referido e verdade e dou fé.

CENTRO - CEP. 58680-000

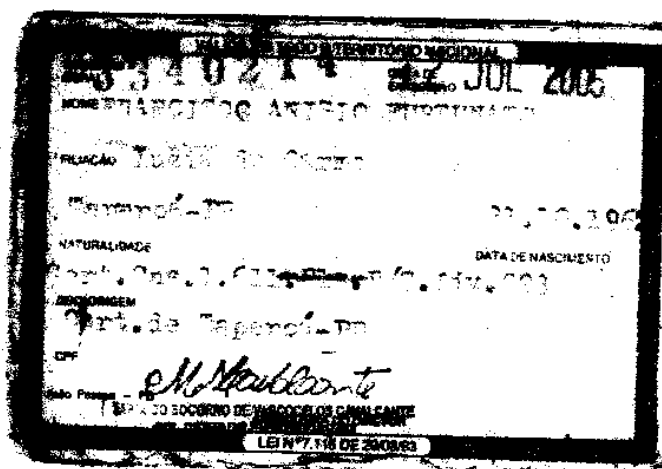
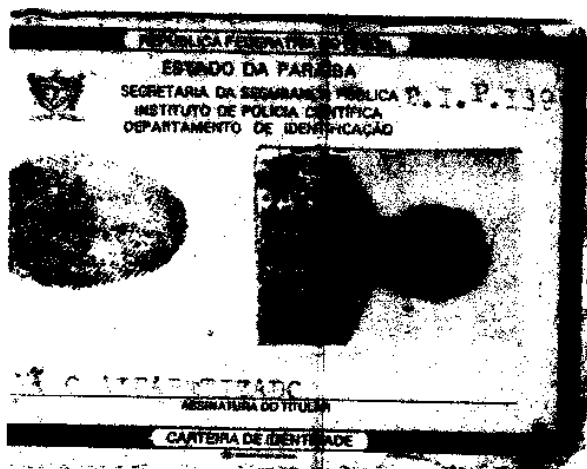
TAPEROÁ-PB

Taperoá

24 de outubro de

Maria das Graças Dias Toledo Farias
O Oficial





NOME FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

FILIAÇÃO José do Carmo

31.10.1962

NACIONALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA P.O. 1.139

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

873.403.724-15

Nome

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

Nascimento

31/10/1962

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

88C0.4252.B2B0.AD74

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 18:27:50 do dia 22/01/2013 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

DATA DE NASCIMENTO

31/10/1962

Nº INSCRIÇÃO

0151 2837 1279

D.V.

027

SEÇÃO

0053

MUNICÍPIO/UF

TAPEROÁ/PB

DATA DE EMISSÃO

28/03/2016

JUIZ ELEITORAL

Dr. José Aurélio da Cruz

Presidente do TRE-PB

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO

ELEIÇÃO 2016 - 1º TURNO

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

Inscrição: 0151 2837 1279

NASC: 31/10/XXXX ZONA: 0027 SEÇÃO: 0063





FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

FILIAÇÃO..... LUZA DO CARMO
NASCIMENTO..... 31/10/1982 SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL..... CASADO
NATURALIDADE: TAPEIRA - PB
DOCUMENTO..... R.G. 3340214 SSP PB 12072005
LEI Nº 8.049, DE 18 DE MAIO DE 1998
CPF..... 873.403.724-15 CMI.....
TT. ELEITOR: 016125371279 SEÇÃO: 53 ZONA: 27
LOCALIDADE DE EMISSÃO: AARJ - 28/01/2013

Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 14/05/2018 23:09:28

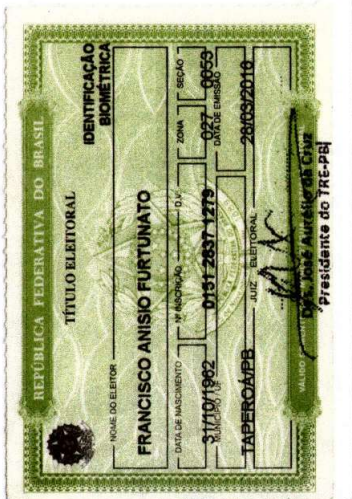


NÃO ALFABETIZADO

21332668 0040 RJ

124.54362.75-0







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

MATRÍCULA:
0706980155 2017 4 00007 079 0004088 01

SEXO masculino	COR	ESTADO CIVIL E IDADE casado, 54 anos
NATURALIDADE/UF Taperoá-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 873.403.724-15
ELEITOR SIM - Nº 015128371279, Zona: 27 - PB		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) LUZIA DO CARMO (Falecida). Residia na(o) Rua Francisco Anísio Vilar, 57, no município de Taperoá-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO vinte e quatro de junho de dois mil e dezessete - 03:00		DIA 24
		MÊS 06
		ANO 2017
LOCAL DO FALECIMENTO Em via pública: BR 238 no município de Taperoá-PB		
CAUSA DA MORTE a) Politraumatismo, b) Acidente de Tráfego		
NOME DO MÉDICO / CRM Arquimedes Braga de Lima - CRM: 7197		LOCAL DO SEPULTAMENTO Cemitério A Consolação no município de Taperoá-PB
DECLARANTE ANA MARIA FERREIRA, brasileira, agricultor, residente e domiciliada: Rua Francisco Anísio Vilar, 57, Taperoá-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro lavrado em 26/06/2017, no Livro C-00007, Nº 4088, folha 79. O falecido era casado com RITA DO CARMO FURTUNATO. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 245147993. Foi declarado que o mesmo deixa 07 filhos: Maria José, Suetônio, Carlos Sandro, Demétris, Everton, Wellington e Pedro, não deixa bens.		

NOME DO OFÍCIO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO
OFICIAL REGISTRADOR Maria das Graças Dias de Toledo Farias
MUNICÍPIO/UF Taperoá-PB
ENDEREÇO AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 58680000 Fone: 3463-2451 E-mail: cartorioribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 26 de Junho de 2017

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil
Selo Digital: AFI66051-MEED
Consulte a autenticidade em: <https://selodig/ta.tjpb.jus.br>

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
"RIBEIRO DE TOLEDO"
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 262656 B



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SOLEDADE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Versando sobre: Acidente Automobilístico com vítima fatal

Hora e data do fato: Às 03h20min, do dia 24 de junho de 2017.

Hora e data em que a Delegacia tomou conhecimento: Às 5h00min, do dia 24 de junho de 2017.

Local do Ocorrido: PB 238, ENTRADA DA FAZENDA SANTA MARIA, ZONA RURAL DE TAPEROÁ.

COMUNICANTE: CIOP PM

VÍTIMA: FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO, do sexo masculino, nascido no dia 31/10/1962, com 54 anos de idade, CPF: 87340372415, filho de NÃO DECLARADO e de LUZIA DO CARMO, natural de TAPEROÁ, BRASILEIRA, residente na RUA FRANCISCO ANÍSIO VILAR, bairro CONJUNTO SÃO FRANCISCO, na cidade de TAPEROÁ, PB

TESTEMUNHAS: A SEREM ARROLADAS POSTERIORMENTE.

HISTÓRICO: informações via CIOP dando conta de um acidente automobilístico com vítima fatal; Que a vítima estaria embriagada e ao conduzir um motocicleta Honda Titan de cor azul de placa MNE 6838, atingiu frontalmente o veículo corsa de cor branca de placas MOI 6070 na rodovia Estadual PB238 nas imediações da fazenda Santa Maria,; Que o carro era conduzido Maria José de Araújo, 35 anos de idade e no banco do passageiro estava sua filha de nome Alessandra Araújo Ramos; Que devido ao impacto as ocupantes do carro sofreram ferimentos e foram socorridas pela equipe do Samu ao Hospital da cidade de Taperoá; que o Samu ao socorrer a vítima da motocicleta constatou o óbito da mesma.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A LAVRATURA E A REMESSA DESTE BOLETIM PARA A DELEGACIA DA CIDADE DE TAPEROA

AUTORIDADE


ARIOSVALDO ADELINO DE MELO

COMUNICANTE

CIOP PM

ESCRIVÃO


ROMILSON ALVES DO NASCIMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SOLEDADE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Versando sobre: Acidente Automobilístico com vítima fatal

Hora e data do fato: Às 03h20min, do dia 24 de junho de 2017.

Hora e data em que a Delegacia tomou conhecimento: Às 5h00min, do dia 24 de junho de 2017.

Local do Ocorrído: PB 238, ENTRADA DA FAZENDA SANTA MARIA, ZONA RURAL DE TAPEROÁ.

COMUNICANTE: CIOP PM

VÍTIMA: FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO, do sexo masculino, nascido no dia 31/10/1962, com 54 anos de idade, CPF: 87340372415, filho de NÃO DECLARADO e de LUZIA DO CARMO, natural de TAPEROÁ, BRASILEIRA, residente na RUA FRANCISCO ANÍSIO VILAR, bairro CONJUNTO SÃO FRANCISCO, na cidade de TAPEROÁ, PB

TESTEMUNHAS: A SEREM ARROLADAS POSTERIORMENTE.

HISTÓRICO: Informações via CIOP dando conta de um acidente automobilístico com vítima fatal; Que a vítima estaria embriagada e ao conduzir um motocicleta Honda Titan de cor azul de placa MNB 6838, atingiu frontalmente o veículo corsa de cor branca de placas MOI 6070 na rodovia Estadual PB238 nas imediações da fazenda Santa Maria,; Que o carro era conduzido Maria José de Araújo, 35 anos de idade e no banco do passageiro estava sua filha de nome Alessandra Araújo Ramos; Que devido ao impacto as ocupantes do carro sofreram ferimentos e foram socorridas pela equipe do Samu ao Hospital da cidade de Taperoá; que o Samu ao socorrer a vítima da motocicleta constatou o óbito da mesma.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A LAVRATURA E A REMESSA DESTE BOLETIM PARA A DELEGACIA DA CIDADE DE TAPEROA

AUTORIDADE


ARIOSVALDO ADELINO DE MELO

COMUNICANTE

CIOP PM

ESCRIVÃO


ROMILSON ALVES DO NASCIMENTO



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES
AB: 30301467 - TAPEROA
TAPEROA
CNPJ: 340283163/4453 Ins. Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF: 09248603000104
Doc. Post: 256565680
Contrato: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartão: 62267655

Movimento: 24/11/2017 Hora: 14:45:25
Caixa: 83993054 Matrícula: 84786558
Lancamento: 051 Atendimento: 00013
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1391621394

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)		21,75
Peso real (G)		193
CNPJ/CPF Remet		13151425428
Nome Remetente		JOSE EMERTON ANISIO FERREI
Cont. Nome		RA
Endereço Remet		RUA FRANCISCO ANISIO VILAR
Cont. Endereço		57 - CJ CEAP
Cap Remetente		59630-000
Cidade Remet		TAPEROA
UF Remet		PB
POSTAL RESPOSTA DHV	1	26,00+
Valor do Porte(R\$)		26,00
Cap Destino		20051-205 (RJ)
Peso real (G)		190
OBJETO		DY22866531BR

DY 2286653 1 BR

Obj Postado apos horario lim post as. DH (Depois da Hora)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 49,75

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor, utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima prestado(s), o(s) qual(is) paguei mediante apresentação de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG:
Ass. Responsável:

Obj Postado apos horario lim post as. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

De 24/11 a 31/12, devido aumento nos serviços de encomendas, estão acrescidos 2 dias úteis de tolerância no prazo de entrega.

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.00

VÍTIMA

DATA DE

(1) Docum

(1) CPF do

(1) Compr

Com b

Para a

SAC DF

Todos

(1) Registro de

(1) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)

(1) Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário

(1) Laudo de Invalidez do IML - original ou cópia autenticada (1) Sim (1) Não

(1) Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva - Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML

(1) Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário

(1) Documento de identificação da vítima (cópia simples)

(1) CPF da vítima (cópia simples)

(1) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)

(1) Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA CORRETORA DE DANOS

(1) Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada (1) Sim (1) Não

(1) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)

(1) Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário

(1) Comprovações das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os receiptários médicos (originais)

(1) Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário

(1) Documento de identificação da vítima (cópia simples)

(1) CPF da vítima (cópia simples)

(1) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)

(1) Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

(1) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)

BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE - QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)

(1) Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Declaração Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)

(1) Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)

(1) Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge

(1) Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge

BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))

(1) Declaração de Únicos Herdeiros (original)

BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)

(1) Declaração de Únicos Herdeiros (original)

BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))

(1) Declaração de Únicos Herdeiros (original)

(1) Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)

(1) Certidão de Óbito dos filhos da vítima - quando necessário - (cópia simples)

(1) Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome)

Quem é o portador? (1) Vítima (1) Beneficiário (1) Representante Legal - CPF do portador

E-mail

Data

Assinatura

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto)

Atendente

Data

Assinatura

Matrícula

Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: **EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12121801



AUTOS Nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

CERTIDÃO

Certifico, em razão do meu ofício, ao MM. Juiz, que não existe processo tramitando (ou que tenha tramitado) em nome das partes existentes neste processo.

O referido é verdade, dou fé.

Taperoá, 26 de julho de 2018

Adriana Dias Farias

Técnica Judiciária

Mat. 478.183-0



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE TAPEROÁ

DESPACHO

Vistos.

Tendo em vista a comprovação do prévio requerimento administrativo, **concedo** os benefícios da assistência judiciária gratuita ao(à) promovente, o que faço com esteio no art. 98 do CPC.

No mais, é sabido que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial, bem assim a praxe das partes não entabulem acordo sem a concretização daquela prova, à luz do princípio da duração razoável do processo, deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC.

CITE(M)-SE o(a)(s) promovido(a)(s) para apresentar(em) defesa, no prazo de 15 (quinze) dias – a contar da juntada aos autos do Aviso de Recebimento (AR) -, perante este Juízo, sob pena de serem aceitos pelo(a)(s) promovido(a)(s), como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a)(s) promovente(s) na petição inicial.

Taperoá, (data e assinaturas eletrônicas).

José Milton Barros de Araújo

Juiz de Direito

<!-- /* Font Definitions */ @font-face {font-family:Arial; panose-1:2 11 6 4 2 2 2 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:-536859905 -1073711037 9 0 511 0;} @font-face {font-family:"Cambria Math"; panose-1:2 4 5 3 5 4 6 3 2 4; mso-font-charset:1; mso-generic-font-family:roman; mso-font-format:other; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:0 0 0 0 0 0;} @font-face {font-family:Calibri; panose-1:2 15 5 2 2 4 3 2 4; mso-font-charset:0; mso-generic-font-family:swiss; mso-font-pitch:variable; mso-font-signature:-536870145 1073786111 1 0 415 0;} /* Style Definitions */ p.MsoNormal, li.MsoNormal, div.MsoNormal {mso-style-unhide:no; mso-style-qformat:yes; mso-style-parent:""; margin:0cm; margin-bottom:.0001pt; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin; mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi; mso-fareast-language:EN-US;} p {mso-style-noshow:yes; mso-style-priority:99; mso-margin-top-alt:auto; margin-right:0cm; mso-margin-bottom-alt:auto; margin-left:0cm; mso-pagination:widow-orphan; font-size:12.0pt; font-family:"Times New Roman",serif; mso-fareast-font-family:Calibri; mso-fareast-theme-font:minor-latin;} .MsoChpDefault {mso-style-type:export-only; mso-default-props:yes; font-family:"Calibri",sans-serif; mso-ascii-font-family:Calibri; mso-ascii-theme-font:minor-latin; mso-fareast-font-family:Calibri;



mso-fareast-theme-font:minor-latin; mso-hansi-font-family:Calibri; mso-hansi-theme-font:minor-latin;
mso-bidi-font-family:"Times New Roman"; mso-bidi-theme-font:minor-bidi;
mso-fareast-language:EN-US;} @page WordSection1 {size:595.0pt 842.0pt; margin:70.85pt 3.0cm
70.85pt 3.0cm; mso-header-margin:35.4pt; mso-footer-margin:35.4pt; mso-paper-source:0;}
div.WordSection1 {page:WordSection1;} -->





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá
Comarca de TAPEROÁ



Processo nº 0800228-39.2018.8.15.0091

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800228-39.2018.8.15.0091

AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Taperoá, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para, querendo, apresentar(em) defesa, no prazo de 15 (quinze) dias – a contar da juntada aos autos do Aviso de Recebimento (AR) -, perante este Juízo, sob pena de serem aceitos pelo(a)(s) promovido(a)(s), como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a)(s) promovente(s) na petição inicial.

TAPEROÁ, 22 de agosto de 2019



Assinado eletronicamente por: PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA - 22/08/2019 10:25:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082210252020500000022998959>
Número do documento: 19082210252020500000022998959

De ordem, PATRÍCIA GOMES BEZERRA DA COSTA

TÉCNICA JUDICIÁRIA

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18051423092068700000013922477
PETIÇÃO INICIAL	Outros Documentos	18051422205782900000013922589
PROCURAÇÃO, DOCS PESSOAIS E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Procuração	18051422234131800000013922616
OUTROS DOCUMENTOS 1.compressed (1)	Outros Documentos	18051423081823700000013922976
OUTROS DOCUMENTOS 2-ilovepdf-compressed (1)	Outros Documentos	18051422242060800000013922619
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	18072613274112800000015188607
Despacho	Despacho	19082012170572300000022930421



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

TAPEROÁ, 27 de setembro de 2019

PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA

Técnica Judiciária



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGURADORA LÍDER CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

RIO DE JANEIRO

RJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

0800264-10.2017.835.0093

0800228-38.2018.835.0081

0800274-80.2018.835.0081

0800324-43.2017.835.0093

0800388-04.2018.835.0093

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☒ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO

BUSCA DE DESTINO / RECHERCHER LA DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

SEGURADORA LÍDER

04 SET 2019

RICARDO S. FERNANDES

RG 20.993.838-7

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

SIGNATURE DE L'AGENT

Ricardo S. Fernandes
Portaria
IFP 07127861-8



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

FC0463 / 16

114 x 186 mm





Num. 24812822 - Pág. 2

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SUGUARA DORA LIDER. DOS CONSORCIOS S/A.

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF PAIS PAIS

RIO DE JANEIRO RJ

0800301-11.2018, 0800031-54.2018, 0800413-10.2018, 0800216-95.2018, 0800500-64.2014, 0800311-55.2018, 0800359-04.2018, 0800600-53.2018.

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

SEGURADORA LIDER

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

11 SET 2019

BANCA DE SOUZA CRUZ TORRES

RG: 20.993.890-7

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ / RÉSIDENT DE L'EMPLOYÉ

Ricardo S. Fernandes

Portaria

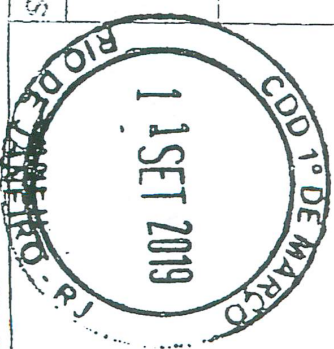
IFP 07127861-8

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE RECEBIMENTO	AR
TAPEBOA	
04 SEP 2019 2019	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
LUGAR DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	

JU 73314343 4 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
h	h
"	"
h	h

ENDERECO PARA DEVOLUCAO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDERECO PARA DEVOLUCAO / ADRESSE
FORUM DE TAPEBOA - PB

CIDADE / LOCALITÉ
COMARCA DE TAPEBOA - PB
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
FORUM DES. WILSONEL TAIGY FILHO

BRASIL
58680-000
Av. Edmundo Passoa, s/n - CEP 58680-000
Tapeboa - Paraíba

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAPEROA/PB

Processo n.º 08002283920188150091

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO e outros**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alegam os Autores em peça vestibular que o ente querido **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em 24/06/2017.

Cumpre esclarecer que, em que pese os autores terem realizado o requerimento do pagamento através da via administrativa, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que os mesmos não apresentaram a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

ASSIM, TENDO A AUTORA DEIXADO DE APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI, CARECENDO O AUTOR DE UMA CONDIÇÃO ESPECÍFICA DO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO, QUAL SEJA, INTERESSE DE AGIR.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da incorrência de mora por parte da Ré.



PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/20151, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DA INÉPCIA DA INICIAL

Cabe o reconhecimento de que a petição inicial protocolada é inepta. Isto se confirma posto que a inicial deve ser instruída com os documentos obrigatórios, sendo o documento de identificação um deles.

OCORRE QUE, AS PARTES DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO E CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO TROUXERAM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÕES PARCIALMENTE ILEGÍVEIS, IMPOSSIBILITADO A CONFIRMAÇÃO DOS DADOS ALI DESCRITOS, A EXEMPLO O CPF, QUE NÃO SE CONSEGUE VISUALIZAR A NUMERAÇÃO.

JÁ A AUTORA RITA DO CARMO FORTUNATO, NÃO APRESENTOU O DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO! VEJA AINDA EXA., QUE NÃO FOI MENCIONADO NA QUALIFICAÇÃO DA INICIAL, O SUPOSTO FILHO PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA.

Desse modo, requer o indeferimento da petição inicial, com a extinção do processo com fulcro no artigo 485, I, do CPC.

DO INDEFERIMENTO DA INICIAL

Destaca-se, inicialmente, a ausência de documento indispensável a propositura de qualquer demanda judicial, qual seja, o comprovante de residência.

COMPULSANDO OS AUTOS, PERCEBE-SE QUE NÃO FORA JUNTADO DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO DOS AUTORES, EM CLARA AFRONTA AO ARTIGO 320, DO CPC.

Ocorre, que a ausência do referido comprovante inviabiliza até mesmo a elaboração da defesa da Ré, uma vez que impossibilita a comprovação da competência territorial.

Diante disso, considerando o momento processual, requer a extinção da presente demanda, na forma dos artigos 321 c/c 485, I. CPC.



DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DE PARTE NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA

Apenas por precaução, salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar a qualidade de únicos beneficiários dos Autores para pleitearem a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.

Cumprido destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar a qualidade de únicos beneficiários dos Autores na presente demanda.

PERCEBA EXA., QUE CONSTA NA CERTIDÃO DE ÓBITO A EXISTÊNCIA DE 7 FILHOS E UMA ESPOSA, ASSIM, DEVE-SE VERIFICAR QUANTO A REAL QUALIDADE DE BENEFICIÁRIOS DOS AUTORES, PARA QUE NO FUTURO A RÉ, OU QUALQUER OUTRA SOCIEDADE SEGURADORA PARTICIPANTE DO “POOL” DO CONVÊNIO DPVAT, NÃO SEJA COMPELIDA A EFETUAR OUTRO PAGAMENTO A POSSÍVEL BENEFICIÁRIO QUE POSSA SURTIR.

CONFORME JÁ EXPOSTO ACIMA EM SEDE DE PRELIMINAR, CONSTAM DIVERSOS DOCUMENTOS ILEGÍVEIS E MUITOS AUTORES, NÃO APRESENTARAM SEUS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, IMPOSSIBILITANDO ASSIM A CONFIRMAÇÃO DE FILIAÇÕES.

DESTA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DA PARTE AUTORA, PARA RECEBER A INDENIZAÇÃO EM SUA TOTALIDADE, REQUER SEJA JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, V, DO CPC DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.

DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, os autores ingressaram com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.



MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE Ocorrência, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, NÃO HÁ TESTEMUNHAS, NÃO HÁ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA MOTOCICLETA CONDUZIDA PELA VÍTIMA.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – IML)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O art. 5º parágrafo 3º da lei nº 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

CONSTATA-SE O LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL CERTIFICA, COM A EXATIDÃO QUE A LEI DETERMINA A CAUSA MORTIS DA VÍTIMA COMO SENDO ORIUNDA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO NOTICIADO.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de únicos beneficiários, devendo restar claro que a vítima não deixou outros herdeiros.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.



Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 10 de Outubro de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES

OAB/PB 15477

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO** , em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **TAPEROA**, nos autos do Processo nº 08002283920188150091.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **ANA MARIA FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentos de identificação não conclusivo
- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00639/0640 - carta_03 - MORTE



Carta nº 12121690



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01479/01480 - carta_01 - MORTE



Carta nº 12121715



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0064/00642 - carta_03 - MORTE



00060321

Carta nº 12121748



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentos de identificação não conclusivo
- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de únicos herdeiros não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00643/00644 - carta_03 - MORTE



Carta nº 12121763



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA

Nº Sinistro: 3170659950

Vítima: FRANCISCO ANISIO FORTUNATO

Data do Acidente: 24/06/2017

Cobertura: MORTE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

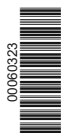
Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00645/00646 - carta_03 - MORTE



Carta nº 12121801



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: SUETONIO ANISIO FURTUNATO

Nº Sinistro: 3170659950

Vítima: FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

Data do Acidente: 24/06/2017

Cobertura: MORTE

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12121809

Pag. 01481/01482 - carta_01 - MORTE



00020741



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974119

Pag. 00481/00482 - carta_16 - MORTE

00020241



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974123

Pag. 00483/00484 - carta_16 - MORTE



00020242



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974138

Pag. 00059/00060 - carta_16 - MORTE



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **RITA DO CARMO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974140

Pag. 00067/00068 - carta_16 - MORTE

00010034



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974157

Pag. 00485/00486 - carta_16 - MORTE

00020243



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **SUETONIO ANISIO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974162

Pag. 00487/00488 - carta_16 - MORTE

00020244



Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **ANA MARIA FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**
Vitima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170659950**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12974163

Pag. 00489/00490 - carta_16 - MORTE



00020245



Autorização de pagamento



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO
 PORTADOR(A) DO RG Nº 20.796.643-3 EXPEDIDO POR SSP-PI EM 29.10.2017
 CPF 909090909090909090 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO PERICULOSO
 E RENDA MENSAL DE R\$ _____ () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MORTE, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 40016372 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 21479466 Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

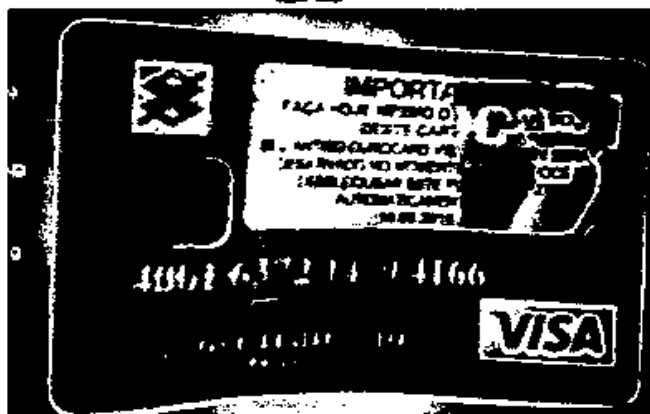
DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

TAPERAA - PB de 2017 Carlos Sandro do Carmo Furtunato
 LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

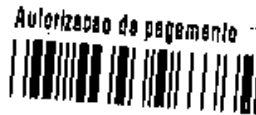




4001 6372 1479 4166

SEBAP0001 LINEA IMPAT RA 30-10-2017 14:24 352296 1/1





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, DEMÉTRIO FRANCISCO FERREIRA AVÍSIO
 PORTADOR(A) DO RG Nº 4-067-759 EXPEDIDO POR SSP-PR EM 19.10.2012
 CPF 402690289-98 CNPJ 000000000-00000000 PROFISSÃO AGRICULTOR
 E RENDA MENSAL DE R\$ (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MORTE AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO BRB Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0000 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00000000000000000000

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO BRB Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0000 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 00000000000000000000

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

TAPEREA PR de 2014 X Demétrio Francisco Ferreira Avísio
 LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





[REDACTED]

www.dpvatsegu

lique SAC DPFVAT 0800 022 12 04

EU, JOSE GIVERTON NALISIO RINGGUNA

PORTADORA DO RG No.: 4313724 SSPS-P3 EXPEDIDO POR SSPS P3 EM 03/03/2015 E

CPF 131514269-33 / CNPJ - , PROFISSÃO

E RENDA MENSAL DE R\$ NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO/A DO VALOR

REFERENTE À INDENIZAÇÃO/REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Francisca Pereira

Fontenato ,AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

Dados bancários incompletos ou incorretos impedem os bancos de liberarem o pagamento.

Verifique cuidadosamente seus dados antes de preencher os campos e evite rasuras.

☒ CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA 0491-1 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AG-ENCIA, SE EXISTIR.

No. DE CONTA CORRENTE 72813-3

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO**

No. BANCO 237 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

No. BANCO 001 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ **CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ**

No. BANCO 341 No. AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA

☐ CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

No. BANCO 104 No. AGÊNCIA (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR)

No. CONTA-POUPANÇA _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE.

UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

SEANRODGER LIBER DEPT PG 30-AUG-2017 14:24 322684

- Não será possível efetuar o pagamento em Conta Salário (INSS), Conta Fácil da Caixa Econômica (Operação 023) ou Conta Conjunta quando o beneficiário não for o titular da conta;
- Não se esqueça de informar os dígitos da agência, caso o dígito exista, principalmente do Banco BRADESCO;
- Certifique-se de que a conta informada esteja ATIVA;
- Indique corretamente se a conta informada é **POUPANÇA** ou **CONTA CORRENTE**;
- Tenha **SEMPRE** um documento bancário para conferência de sua agência e conta. Um único dígito errado impedirá que o banco efetue o pagamento.

LOCAL

Tuberos, 13

DATA

24, 11, 17

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO/A

Jose E. Antonio Amisio Ferrera:





Seguradora Líder - OPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro OPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, SUELIO ANÍSIO FURTUNATO

PORTADOR(A) DO RG Nº 23.002.978-4

EXPEDIDO POR SSP - PR

EM 29/09/2019

CPF 743479047-33 / CNPJ

PROFISSÃO AGRICULTOR

E RENDA MENSAL DE R\$

() NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO

SEGURO OPVAT DA VÍTIMA MORTE

AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotérica com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL, www.receita.fazenda.gov.br, bem como o CPF cadastrado no SISOPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 4001

Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir)

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

40016372 1479466

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO

Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir)

Nº da CONTA (com dígito, se existir)

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

TAPERÓIA PR de

LOCAL E DATA

de 2019

x Suelio A. Furtunato

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro OPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.opvatsegurodoBrasil.com.br ou Ligue para o SAC OPVAT 0800-0121204.





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorização de pagamento



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, ELIENOR DO CARMO FERREIRA
 PORTADOR(A) DO RG Nº _____ EXPEDIDO POR _____ EM ____/____/____ E
 CPF 7608704204-04 CNPJ _____ PROFISSÃO DOMESTICA
 E RENDA MENSAL DE R\$ 930,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA FRANCISCA ANZIO MACIEL, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Suspep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISPDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 4002 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0500 N° da CONTA (com dígito, se existir) 55150-3

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

de _____ de _____
 LOCAL E DATA

x Rita do Carmo Ferreira
 ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

1 ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares;
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradoraonline.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221104.





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorização de pagamento



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, ELIOT DO CARVALHO FERREIRA
 PORTADOR(A) DO RG Nº _____ EXPEDIDO POR _____ EM ____/____/____ E
 CPF 7608704204-04 CNPJ _____ PROFISSÃO DOMESTICA
 E RENDA MENSAL DE R\$ 930,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA FRANCISCA ANÍLIO MACIEL, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Suspep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISPDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 4002 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 050 N° da CONTA (com dígito, se existir) 55150-3

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

de _____ de _____
 LOCAL E DATA

x Eliot do Carvalho Ferreira
 ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

1 ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares;
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradoraonline.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221104.





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Autorização de pagamento



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, MARIA JOSE ANILIO FURTUNATO
 PORTADOR(A) DO RG Nº 27.007.949-9 EXPEDIDO POR SSP - PR EM 21/06/2017
 CPF 743478637-67 / CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO AGRICULTORA
 E RENDA MENSAL DE R\$ 00 () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO
 SEGURO DPVAT DA VÍTIMA MORTE AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informações de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 0229 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 073 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0067797-8

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

JAPEROA - PR de 2017 x Maria José Anilio Furtunato
 LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

1 ATENÇÃO

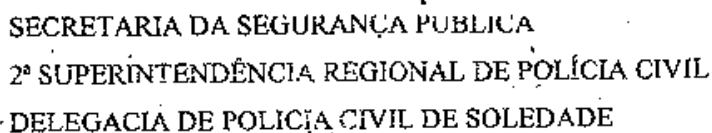
- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 1.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221704.



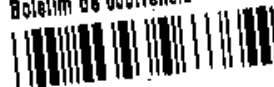


CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 DIA: sorteios de segunda-feira a sábado, após
 180-533827839-7
 29/JUN/2017
 HORA DE 15:27:43
 LOT. 19.082344-9
 LOCALIDADE: RIO DE JANEIRO
 AG. VINCULADA: 0229
 TERM 01578
 CONTROLE: 01578
 COMPROVANTE DE ABERTURA DE POUP CAIXA FACIL
 NOME: MARIA JOSE ANISTO FORTUATO
 AGÊNCIA: 0229
 OPERAÇÃO: 013
 CONTRA-OW: 0861797-8
 DATA DE ABERTURA: 29/06/2017
 LOTERIAS CAIXA
 180-533827839-7
 VIA





Boletim de ocorrência



ROMILSON ALVES DO NASCIMENTO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
AV. Getúlio Vargas,
CENTRO - CEP 58600-000
TAPERÓIA - PB.

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO
RITA DO CARMO FURTUNATO

MATRÍCULA:

0706980155 1984 2 00007 023 0001611 31

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONTRAENTES

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO, nascido em trinta e um de outubro de um mil novecentos e sessenta e dois (31/10/1962), natural de Taperóia-PB, brasileiro. Filho de LUZIA DO CARMO.
RITA DO CARMO, nascida em doze de março de um mil novecentos e sessenta e quatro (12/03/1964), natural de Desterro-PB, brasileira. Filha de MARIA DAS DORES DO CARMO.

Certidão de casamento



DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO) _____
vinte e seis de julho de um mil novecentos e oitenta e quatro

DIA MÊS ANO
26 07 1984

REGIME DE BENS DO CASAMENTO
Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO) _____
ELE: O mesmo nome de solteiro
ELA: RITA DO CARMO FURTUNATO

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
2ª VIA. Registro lavrado em 26/07/1984, no Livro B-00007, Nº 1611, folha 23.
No presente termo consta a anotação em que o contraente teve seu óbito lavrado neste cartório aos 26/06/2017, livro C/00007, fls: 79, sob nº 4088, falecido aos 24/06/2017.

NOME DO OFÍCIO
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR
Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF
Taperóia-PB

ENDEREÇO
AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperóia-PB - CEP
58600000 Fone: 3463-2451 E-mail:
cartorioribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé,
Taperóia-PB, 25 de julho de 2017

Cláudia Regina Guimarães
Cláudia Regina Guimarães
Escritorinha Compromissada

Selo Digital: AFK90356-RGEJ
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
AV. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58600-000
TAPERÓIA - PB.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 262771 B



03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANÍSIO
MATRÍCULA


0706980155 2001 1 00017 096 0016788 75

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) DIA MÊS ANO

HORA DE NASCIMENTO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

MUNICÍPIO DE REGISTRO LOCAL DE NASCIMENTO SEXO

FILIAÇÃO

AVÓS
Paterno(s):
Materno(s):
Certidão de nascimento


GÊMEOS NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) DNV (DEC. NASC. VIVO)

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
2ª VIA. Registro lavrado em 07/07/2001, no livro A-00017, Nº 16788, folha 96.

NOME DO OFÍCIO

OFICIAL REGISTRADOR

MUNICÍPIO/UF

ENDEREÇO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 25 de novembro de 2015.

Cláudia Regina Guimarães
Cláudia Regina Guimarães
Escrevente Compromissada

Selo Digital: **ABX18879-10EP**
Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tpb.jus.br>

03337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPEROÁ-PB.

SENDO LIDO EM: 14/10/2019 15:22:25
ARPENBRASIL 001475182 BRP





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

37589/0001-061
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58680-000
TAPERÓIA - PB

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
FRANCISCO ANISIO FURTUNATO
MATRÍCULA:
0706980155 2017 4 00007 079 0004088 01

SEXO masculino	COR	ESTADO CIVIL E IDADE casado, 54 anos
NATURALIDADE/UF Taperóia-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 873.403.724-15

ELEITOR SIM - Nº 015128371279, Zona 27 - PB
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) LUZIA DO CARMO (Falecida), Residência na(o) Rua Francisco Anísio Vilar, 57, no município de Taperóia-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO vinte e quatro de junho de dois mil e dezessete - 03:00	DIA 24	MÊS 06	ANO 2017
---	-----------	-----------	-------------

LOCAL DO FALECIMENTO Em via pública: BR 238 no município de Taperóia-PB
--

CAUSA DA MORTE a) Politraumatismo, b) Acidente de Tráfego	Certidão de óbito
--	-----------------------

NOME DO MÉDICO / CRM Arquimedes Braga de Lima - CRM: 7197	LOCAL DO SEPULTAMENTO Cemitério A Consolação no município de Taperóia-PB
--	---

DECLARANTE ANA MARIA FERREIRA, brasileira, agricultor, residente e domiciliada: Rua Francisco Anísio Vilar, 57, Taperóia-PB
--

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES
Registro lavrado em 26/06/2017, no Livro C-00007, Nº 4088, folha 79. O falecido era casado com RITA DO CARMO FURTUNATO. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 245147993. Foi declarado que o mesmo deixa 07 filhos: Maria José, Suelton, Carlos Sandro, Demétris, Everton, Wellington e Pedro, não deixa bens.

NOME DO OFÍCIO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO
OFICIAL REGISTRADOR Maria das Graças Dias de Toledo Farias
MUNICÍPIO/UF Taperóia-PB
ENDEREÇO AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperóia-PB - CEP 58680000 Fone: 3453-2451 E-mail: cartorio@ribeirodeleto.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperóia-PB, 26 de Junho de 2017

Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Maria das Graças Dias de Toledo Farias
Oficial do Registro Civil
Selo Digital: AFI66051-MEED

MF MAFALDA FERNANDES
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
RUA MANOEL DINIZ Nº 45 - 4º ANDAR - TAPERÓIA - PB - 58680-000 - FONE: 3453-2451
Autenticado e presente original, reproduzido fiel ao original que se foi apresentado. Em testemunho da verdade.
Taperóia-PB 24/11/2017 09:14:33
Carlos Roberto Trajano Filho - Escrevente
(2017-007005) EML:R# 2,31-FAPEN:R# 0,27-FEPJ:R# 0,46
SELO DIGITAL: AFI660512-PKDC
Confira a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br

Farpen

Carlos Roberto Trajano Filho
ESCREVENTE
Farpen

VÁLIDO EM TI

DOCUMENTO





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATORG nº 90.796.643-3, data de expedição 22/02/2018 Órgão SSP-PB

CPF nº 708098467-74, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA FRANCISCO ANÍSIO VILAR</u>
Número	<u>- X -</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CONJUNTO SÃO FRANCISCO</u>
Cidade	<u>TAPEROA</u>
Estado	<u>PARAIBA</u>
CEP	<u>58680-000</u>
Telefone de Contato	<u>837996404778</u>
E-mail	<u>MARCELODLADV@GMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: TAPEROA PB

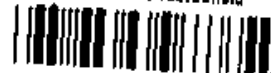
Assinatura do Declarante: x Carlos Sandro do Carmo Fortunato

SESSÃO: LÍNEA DE ATENDIMENTO - 30-01-2017 14:26:352308 1/1



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Comprovante de residência

Eu, José Eustáquio Anísio FerreiraRG nº 4713724, data de expedição 09/03/2015 Órgão SSP-PB

CPF nº 331.514.264-33, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Francisco Anísio Vieira</u>
Número	<u>nº 57</u>
Apto / Complemento	<u>-</u>
Bairro	<u>CS CAP</u>
Cidade	<u>Talano</u>
Estado	<u>Pernambuco</u>
CEP	<u>54680000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 987084118</u>
E-mail	<u>moncelo2107@gmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Talano, PB 24.11.14Assinatura do Declarante: José Eustáquio Anísio Ferreira

SERVIÇOS LÍDER DPPI - PB 20-NOV-2017 14:22:352283 1/1

889800413





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, SUETONIO ANÍSIO FORTUNATO

RG nº 27.002.9184 data de expedição 29/09/2011 Orgão SSP - PB

CPF nº 743.478.047-33 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA FRANCISCO ANÍSIO VILAR</u>
Número	<u>X</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CONJUNTO SÃO FRANCISCO</u>
Cidade	<u>TAPERÓIA</u>
Estado	<u>PARAÍBA</u>
CEP	<u>58.680.000</u>
Telefone de Contato	<u>83.99640-4118</u>
E-mail	<u>MARCELO DL ADV. @ GMAIL</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: TAPERÓIA PB

Assinatura do Declarante: X Suetônio A. Fortunato

SENDER: LIDER N° 1711 - 30-09-2017 14:26 352309 1/1





DESTINATÁRIO:



CTC RECIFE PE JPA PL 10
FRANCISCO ANISIO FORTUNATO
R FRANCISCO ANISIO VILAR 57
CJ CEAP
58680-000 TAPEROA - PB



RECEBEMOS LINEAR PROCT Nº. 29-100-2817 14/12 1522287 1/1

URGENTE

PARA USO DOS CORREIOS

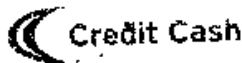
Endereço	End. Insuficiente	Reintegrado ao serviço
Desconhecido	Não Procurado	substituído
Recusado	Cep	
Faltado	Não existe nº indicação	
Ausente	Informação escrita pelo porteiro ou síndico	
		RESPONSÁVEL

Devolução Eletrônica - CEDO
CAIXA POSTAL 19568
CEP 80.231-970 - CURITIBA - PR



36091084249388 10000001372530250116
KmsLvi_Jou130984101317267MMA_TB_MENORSAIOS_21012018_DEMARS.brj





Cliente: FRANCISCO ANISIO FORTUNATO
Contrato: 5140.XXXX.XXXX.8000



BradesCard

São Paulo, 21 de janeiro de 2016
CPF/CNPJ: 873.403.724-15

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Apesar das oportunidades concedidas pelo Credor nas propostas anteriores para a LIQUIDAÇÃO do seu débito com o CARTÃO C&A, cuja cobrança encontra-se atualmente sob nossa responsabilidade, CreditCash empresa contratada pelo Banco Bradesco, não se obteve nenhuma solução.

Por essa razão, vimos NOTIFICAR para que V.Sa., nos contate o mais rápido possível ou pague o boleto abaixo, a fim de que tal pendência seja solucionada ainda na fase conciliatória, evitando, assim, que o credor ingresse com a competente Ação Judicial, cujo procedimento poderá trazer a V.Sa., dentre outras, as seguintes consequências previstas no CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, onde, após o reconhecimento judicial do crédito e sua execução, esse ensejará a consequente penhora dos bens.

O não atendimento das providências requeridas nesta NOTIFICAÇÃO, será interpretado como falta de interesse na realização do Acordo Amigável, o qual, como pode constatar abaixo, lhe trará EXCELENTES VANTAGENS, sendo, portanto, OPORTUNIDADE ÚNICA que não deve ser perdida.

Discriminação do Débito

Data Base Saldio Devedor: 21/01/2016 Data origem atraso: 21/09/2013
VALOR PRINCIPAL: R\$ 2.150,37 SEGURO: R\$ 14,97 ANUIDADE: R\$ 86,90 JUROS: R\$ 4.264,57 IOF: R\$ 0,62 MULTA: R\$ 48,00 TARIFAS: R\$ 0,00

IMPORTANTE: CONDIÇÕES VÁLIDAS APENAS PARA ESSA PROPOSTA.

VALOR ATUAL DO DÉBITO: R\$ 6.571,47

VALOR À VISTA: R\$ 1.681,64

PLANO(S) DE PAGAMENTO SEM ACRÉSCIMO E AINDA COM DESCONTO

Entrada de R\$ 706,49 + 3X de R\$ 706,49
Entrada de R\$ 262,25 + 11X de R\$ 262,25

Entrada de R\$ 375,22 + 7X de R\$ 375,22

Escolha o melhor Plano, de acordo com suas condições, efetue o pagamento do valor exato da parcela, em qualquer Banco, até o vencimento utilizando o Boleto abaixo. No plano parcelado, os boletos das demais parcelas FIXAS serão enviados ao seu endereço. NÃO RECEBENDO A TEMPO, nos contatar a fim de evitar atraso no pagamento.

Em caso de dúvida, ou necessitando de outra alternativa de negociação, favor contatar-nos pelo fone: (11) 3301 4265 ou 0800 601 3363, de Segunda à Sexta das 08:00 às 20:00hrs e aos Sábados das 08:00 às 14:00hrs (Horário de Brasília), ou pelo e-mail: cobranca.cartao@creditcash.net.br. Temos o maior prazer em atender.

A reabilitação de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito de sua região ocorrerá em até 05 dias úteis após o pagamento da 1ª parcela ou quitação.

A aceitação do acordo não caracterizará novação da dívida. As condições negociadas neste acordo estão condicionadas a quitação integral de todas as parcelas nos respectivos vencimentos. O atraso ou não pagamento da parcela, acarretará o cancelamento do acordo, com a perda dos descontos e eventualmente concedidos.

OUSS: Caso já tenha pago no Banco ou em outra Empresa de Cobrança, favor desconsiderar esta correspondência e entrar em contato conosco por telefone ou pelo e-mail.

Genérico (CPF) - Endosso Banco Bradesco S.A. - CNPJ: 04.384.780/0001-01 - Avenida Rio Negro, 535 Ed. Padua III - Alphaville - Barueri/SP - CEP: 06454-000					Recibo do Pagador Data de Pagamento: 05/02/2016	
Data de Documentação: 21/01/2016					Número do Documento: 5140870222548	
Uso do Boleto: 06					Agência: 6871/00787-0	



Bradesco 237-2

23796.87102 62225.485143 08701.234505 2 67050000000000

Local de Pagamento ATÉ A DATA DE VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA.					Vencimento: 05/02/2016	
Beneficiário (CPF) - Endosso Banco Bradesco S.A. - CNPJ: 04.384.780/0001-01 - Avenida Rio Negro, 535 Ed. Padua III - Alphaville - Barueri/SP - CEP: 06454-000					Agência/Código Beneficiário: 6871/00787-0	
Data de documentação: 21/01/2016		Número do Documento: 5140870222548		Nosso Número: 06/5140870222548-2		
Uso do Boleto: 06		Especie Documento: A		Data de Processamento: 21/01/2016		
Valor do Boleto: R\$		Quantidade:		Valor Nominal:		
Instruções - (Texto de responsabilidade do Beneficiário): Não receber após: 15/02/2016 Pagar preferencialmente no Bradesco Contrato N° 5140.XXXX.XXXX.8000						
REALIZE O PAGAMENTO NO VALOR EXATO, INCLUSIVE CENTAVOS, SOB PENA DE NÃO SER RECONHECIDO O PAGAMENTO DA PARCELA						

Validade Beneficiário
Pessoa ou CPF/Endosso/CPF/CNPJ/CEP

FRANCISCO ANISIO FORTUNATO - CPF/CNPJ: 873.403.724-15
RUA FRANCISCO ANISIO VILAR 57 - TAPERUA - PB - CEP: 22658013

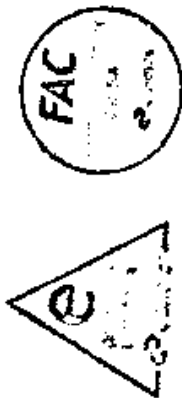
Código de Barra
Autenticação Mensagem Fictícia de Compensação

Proposta Finalizada



Vivo

SELEÇÃO



CTO RIO DE JANEIRO
RJ RJ / LOCAL

RITA DO CAMMO FORTUNATO
EST VITOR DUMAS, 1168
RUA B LT 4 QD 15
SANTA CRUZ
23550-570 RIO DE JANEIRO - RJ



CONFERIR



Nome: RITA DO CAMMO FORTUNATO
CPF: 02.06.0017

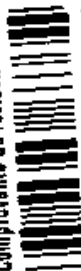
Cadastre-se no Conta
Online. Seja mais.



Ative o celular no UOL para
verificar em Internet, ou

Sua conta ch. VIVO.

Comprovante de residência



3000 LIDER DEPT. RJ
NOV-2017 14:25 352314 1/1

Sua conta ch. VIVO.

23

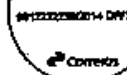

V.M. cert. tv / vivovestibular 2

O Programa Vivo Fortuna é válido para alunos que tenham concluído o curso de graduação em Administração de Empresas, com média de aproveitamento de 7,0 (sete) pontos, e tenham concluído o curso de graduação em Administração de Empresas, com média de aproveitamento de 7,0 (sete) pontos, e tenham concluído o curso de graduação em Administração de Empresas, com média de aproveitamento de 7,0 (sete) pontos.



RAMBLENH:
CALLE POSTAL: 2582 | 13216-070 - JUNDIAÍ - SP



<p>  </p>	<p> FAC <small>SEMPRE EM DIA</small>  Correios </p>
<p> Data de Postagem: 28/06/17 Data de Vencimento: 05/09/2017 Data prevista de fechamento da próxima fatura: 25/08/2017 </p>	

SEALING/REPAIR LINDER PART #4 39-400-2817 14:26 352311 1/1

5/0072789 - 0850 - 1491.10011 - 17752500



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Rita de Cassio Fortunato

RG nº 33.184.994-3, data de expedição 22/06/2014, Órgão _____

CPF nº 768704214-04, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua BLT 4 RD 15</u>
Número	<u>1168</u>
Apto / Complemento	<u>Est. Villa Dorian</u>
Bairro	<u>Santa Cruz</u>
Cidade	<u>Rio de Janeiro</u>
Estado	<u>Rio de Janeiro</u>
CEP	<u>23550-579</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 99640-4218</u>
E-mail	<u>marcelo114@gmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: _____

Assinatura do Declarante: x Rita de Cassio Fortunato

SEMPRE LIGAR PARA: 08-400-2617 ou 26-352310 1/1





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MARIA JOSE ANISIO FURTIVATORG nº 24.002.919-2, data de expedição 02 Jan 2017 Órgão SSP - PB,

CPF nº 743.478.037-61 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>RUA FRANCISCO ANISIO VILLAR</u>
Número	<u>-X-</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CONJUNTO SÃO FRANCISCO</u>
Cidade	<u>TAPEROA</u>
Estado	<u>PARAIBA PB</u>
CEP	<u>58680-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 996404178</u>
E-mail	<u>MARCELODLADY@GMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: TAPEROA PB

Assinatura do Declarante:

SERVIDOR LÍDER BRANT - PLE - 20-04-2017 14:26:35Z307/13



SEI00008 LIGER IMPAT PM 30-MAR-2017 14:26 552313 1/1

CARNÊ DE PAGAMENTO

HQV INFORMATICA LTDA

PRAÇA MANOEL DE FARIAS CASTRO, 134 - CENTRO

Fone: (83) 98848-1257 / 999911192 - Cep: 58680-000 - Tapera / PB



Ana Maria Ferreira
Rua Francisco Antônio Vilar, 57 - Conjunta CEHAP
Cep: 58680-000 - Tapera / PB





DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS

Declaro(amos), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima _____ em razão de acidente de trânsito, ocorrido em ____/____/____ faleceu em ____/____/____ no estado civil de _____ (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE(*)	RG	CPF
1. <u>Suelio Moreira da Silva</u>	<u>Pilha</u>	<u>27.002.918-4</u>	<u>443.478-017-33</u>
2. <u>Maria José Carmo Surtumato</u>	<u>Bilha</u>	<u>27.002.979-2</u>	<u>443.478.037-61</u>
3. <u>Isela Soares de Souza Surtumato</u>	<u>Filha</u>	<u>20.796.692-3</u>	<u>109.098.461-74</u>
4. <u>Rita de Cassia Surtumato</u>		<u>33.784.994-3</u>	<u>768.704.214-01</u>
5.			

(*) Especificar o grau de parentesco com a vítima

Declaro(amos), ainda, que a vítima () não deixou companheira(o) ou (X) deixou companheira(o) de nome Rita de Cassia Surtumato

Por ser expressão da verdade, sem qualquer vício da vontade ou consentimento, o(a)(s) declarante(s) firma(m) a presente, juntamente com 2(duas) testemunhas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas, tanto na esfera administrativa como judicial, com o encargo de responder(em) perante outros herdeiros/beneficiários, além dos informados, que possam reclamar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT.

LOCAL E DATA

LOCAL E DATA

LOCAL E DATA

LOCAL E DATA

Suelio Moreira da Silva
ASSINATURA DO DECLARANTE

Maria José Carmo Surtumato
ASSINATURA DO DECLARANTE

Isela Soares de Souza Surtumato
ASSINATURA DO DECLARANTE

Rita de Cassia Surtumato
ASSINATURA DO DECLARANTE

SEGURO LIDER DPVAT

30-09-2017 14:23:55Z292 171

1 DADOS E ASSINATURA DO DECLARANTE TRATANDO-SE DE HERDEIRO(S) LEGAL(ES) MENOR(ES) DE IDADE(*)

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL OU ASSISTENTE	RG	CPF	ASSINATURA
1.			
2.			

DADOS DE TESTEMUNHAS

2	NOME COMPLETO	RG	CPF	ASSINATURA
1.				
2.				

(*) OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- a) Na hipótese do herdeiro legal ter ATÉ 16 ANOS INCOMPLETOS, o responsável legal deverá assinar pelo menor.
- b) Caso o herdeiro legal possua entre 16 ANOS (COMPLETOS) e 18 ANOS (INCOMPLETOS), o beneficiário deverá assinar normalmente no campo Assinatura do Declarante, e o Representante Legal ou Assistente deverá preencher e assinar no quadro (1).



TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 25.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância e seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia de preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
IMI - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

124.54352.75-0

2132668

0040

RJ

NÃO ALFABETIZADO



Documentos de Identificação



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

PIILIAÇÃO: LUZIA DO CARMO

NASCIMENTO: 31/01/1962

ESTADO CIVIL: CASADO

NATURALIDADE: TAPEIRA - PB

DOCUMENTO: RCL 3340214 SSP PB 1207/2005

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 873.403.724-15

TÍT. ELEITOR: 015120371278

SEÇÃO: 53

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: AARJ - 20/01/2013

22

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FUNÇÃO

DATA DE NASC. UL

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

LEGENDA

1 - CASAMENTO 2 - UNIÃO 3 - SEPARAÇÃO DE CORPO 4 - DIVÓRCIO 5 - MORTALIDADE 6 - OUTROS

03

SEABR008 LIBER PART RJ 30-09-2017 16:22 352286 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE POLÍCIA GENTÍFICA DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		VALÍDAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 3340214 JUL 2015 NOVEMBRO 2015 ANISIO FURTUNATO	
FUNÇÃO TUBO de CERM Taperoá-PB		DATA DE NASCIMENTO 31.10.1962	
NATURALIDADE Art. Cas. 1.611-7-iv. 023		DOBROGEM Cart. de Taperoá-PB	
ASSINATURA DO TITULAR M. M. Monteiro		Cód. de Controle 88C0.4252.B2B0.AD74	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Número 873.403.724-15 Nome FRANCISCO ANISIO FURTUNATO Nascimento 31/10/1962 VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO DE CONTROLE 88C0.4252.B2B0.AD74 A autenticidade desta comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br Comprovante emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 18:27:50 do dia 22/07/2013 (hora e data de Brasília) dígito verificador: 00
---	--

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL TÍTULO ELEITORAL		IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
NOME DO ELEITOR FRANCISCO ANISIO FURTUNATO		DATA DE NASCIMENTO 31/10/1962	
ZONA 027		SEQUÊNCIA 0059	
LOCALIDADE TAPEROÁ/PB		DATA DE EMISSÃO 28/03/2016	
ASSINATURA DO TITULAR José Aurélio da Silva Presidente do TRE-PB		ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR	

523000081 LUBR (PREF) PA- 30-400-2017 14:25 352291 1/1



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, JOSÉ EUGENIO PEREIRA FERREIRA, portador da carteira de identidade nº 4313774 SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 131.514.264-3, residente e domiciliado na Francisco Antônio Vilas, 52, Cidade Talhamon, Estado Pernambuco, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

() O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

José Eugênio Pereira Ferreira

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação


Talhamon, PB 24-11-17

Local e data

SEGURADORA LÍDER DPVAT S/A
16-10-2017 14:22:352285 1/1



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0480411/17
Vítima: FRANCISCO ANISIO FURTUNATO
CPF: 873.403.724-15

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 24/06/2017
Titular do CPF: FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de óbito
Documentos de identificação

ANA MARIA FERREIRA : 073.602.994-03

Documentos de identificação

CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO : 109.098.467-74

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Declaração de únicos herdeiros
Documentos de identificação

DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO : 702.690.284-98

Autorização de pagamento
Documentos de identificação

JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA : 131.514.264-33

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO : 143.478.037-61

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA :

Documentos de identificação

RITA DO CARMO FURTUNATO : 768.704.214-04

Autorização de pagamento
Certidão de casamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

SUETONIO ANISIO FURTUNATO : 143.478.047-33

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO : 146.194.244-63

Certidão de nascimento
Documentos de identificação

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$ 13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber a cada um.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 30/11/2017
Nome: ANA MARIA FERREIRA
CPF/CNPJ: 073.602.994-03

ANA MARIA FERREIRA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 14/12/2017
Nome: LIA NAZARETH NEVES PALAU
CPF: 110.123.037-13

LIA NAZARETH NEVES PALAU



SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS



COBERTURA SOLICITADA

☒ MORTE ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA FRANCISCO ALVESIO FORTUNATO

DATA DO ACIDENTE 24/06/2017 POSSUI CPF ☒ SIM ☐ NÃO Nº CPF 893403724-1

☒ DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL (cópia simples)

☒ CPF do Representante Legal (cópia simples)

☒ Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue gráts SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☐ Laudo de Invalidez do IML – original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☐ Documentação de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☐ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- ☐ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☐ Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☐ Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- ☒ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☒ Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☒ CPF da vítima (cópia simples)
- ☒ Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☒ CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☒ Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração da Residência (original).
- ☒ Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- ☐ Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: ☐ Sim ☒ Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- ☒ BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)
- ☒ Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
- ☒ BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)
- ☒ Declaração de Cônjuge (original)
- ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Averba Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- ☐ BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)
- ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Averba Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- ☐ Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- ☐ Termo de Conciliação (original), assinado pela(s) companheira(s), e o cônjuge
- ☒ BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHOS) OU NETOS(A)
- ☒ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- ☒ BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)
- ☒ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- ☐ BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))
- ☐ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- ☐ Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- ☐ Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- ☐ Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) JOSE EUGENIO PEREIRA FERNANDES

Quem é o portador? ☐ Vítima ☒ Beneficiário ☐ Representante Legal - CPF do portador

E-mail MANUELOALDOVARGAS@GMAIL.COM Tel: 893403724-1

Data 24-11-2017 Assinatura SUELIO MOREIRA TORRES

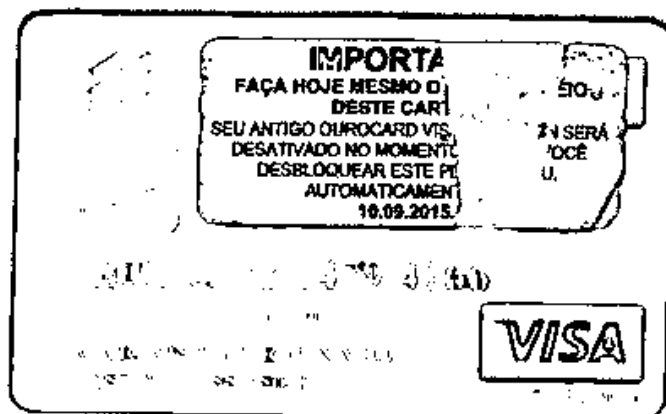
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) COFELHAS

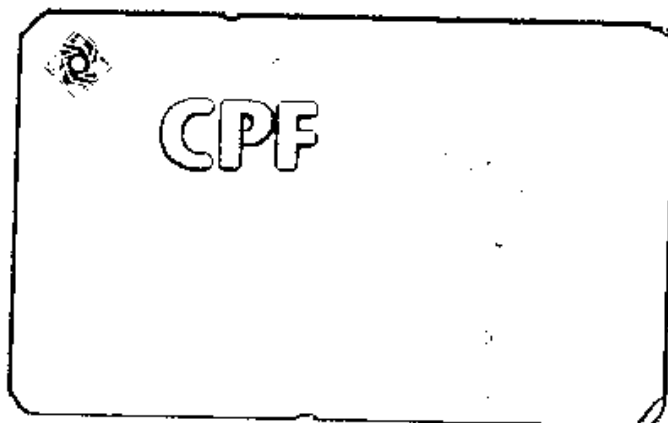
Atendente Idenora A. de I. Gomes Matrícula 82486558

Data: 24-11-17 Assinatura: [Assinatura]

38-104-2017 14:21 352281 1/1



Documentos de Identificação



1935



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.313.724 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/03/2015

NOME JOSÉ EWERTON ANÍSIO FERREIRA

FILIAÇÃO FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO
ANA MARIA FERREIRA

NATURALIDADE TAPEROÁ-PB DATA DE NASCIMENTO 17/01/1999



DOC. CRIMINAL NASC.N.16014 FLS.202V LIV.A 16
CARTÓRIO TAPEROÁ PB

CPF 131.514.264-33

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.110 DE 28/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-139
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

José Ewerton Anísio Ferreira

ASSINATURA DO TITULAR

CANTEIRA DE IDENTIDADE

Documentos de Identificação



TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR JOSÉ EWERTON ANÍSIO FERREIRA

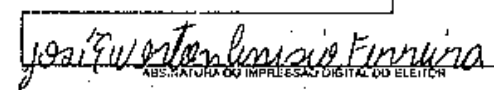
DATA DE NASCIMENTO 17/01/1999 Nº INSCRIÇÃO 0459 3875 1201 ZONA 027 SECTO 0052

MUNICÍPIO/UF TAPEROÁ/PB DATA DE EMISSÃO 17/03/2016

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/10/2019 15:22:25

Presidente do TRE-PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ASSINATURA DO IMPRESSOR DIGITAL DO ELEITOR

SEBASTIÃO LÍDER DEPUTADO 30-NOV-2017 14:22 352282 1/1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

37589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58580-000
TAPEROÁ-PB.

Certidão de Nascimento

NOME:

ANA MARIA FERREIRA

MATRÍCULA

0706980155 1979 1'00005 048 0004294 06

Documentos de identificação



DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) vinte e três de março de um mil novecentos e setenta e oito DIA 23 MÊS 03 ANO 1978

HORA DE NASCIMENTO 10:00 MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Taperoá-PB.

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Taperoá-PB LOCAL DE NASCIMENTO RUA DO ALTO, S/N - Taperoá-PB SEXO feminino

FILIAÇÃO MARIA DE LOURDES FERREIRA

AVÓS Materno(s): SEVERINO FERREIRA DA SILVA e JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO.

GÊMEOS NÃO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) quatro de julho de um mil novecentos e setenta e nove (04/07/1979). DNV (DEC. NASC. VIVO) NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES 2ª VIA. Registro lavrado em 04/07/1979, no livro A-00005, Nº 4294, folha 48-V.

NOME DO OFÍCIO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR Maria das Graças Dias de Toledo Farias

MUNICÍPIO/UF Taperoá-PB

ENDEREÇO AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 58580-000 Fone: 3463-2451 E-mail: cartorio@ribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Taperoá-PB, 25 de julho de 2017.

Cláudia Regina Guimarães
Cláudia Regina Guimarães
Escrevente Compromissada

Selo Digital: AFI66085-Y542


Consulte a autenticidade em: <https://siglogitap.pb.jus.br>

0337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58580-000
TAPEROÁ-PB


VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA ANULA ESTE DOCUMENTO

Nº 262770 B



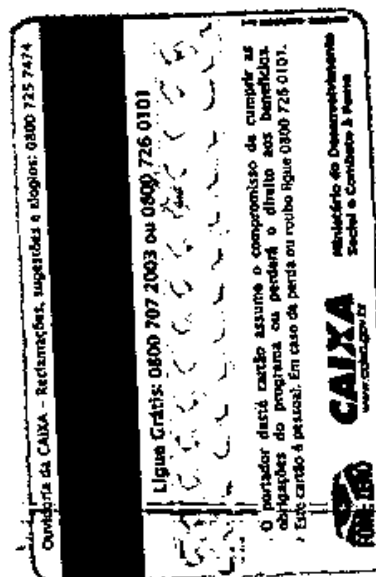
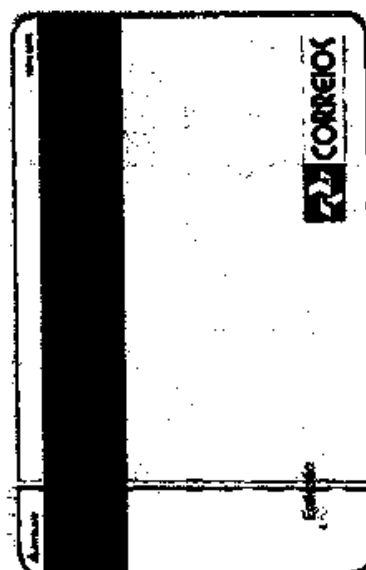
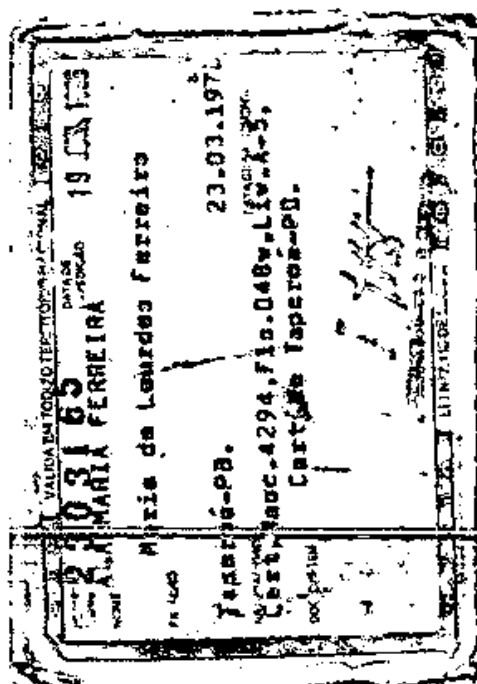
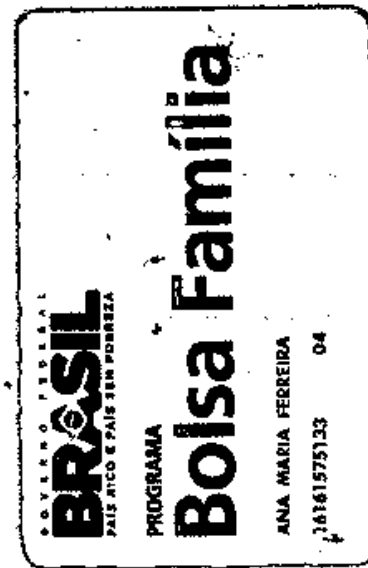
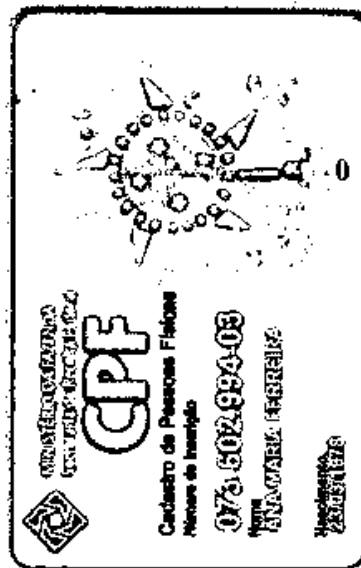
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE POLÍCIA CIENFICA DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO		V-02 P-139
		DATA DE EMISSAO: 09/10/2017 NOME: ANA MARIA FERREIRA ENDEREÇO: MARIA DE LOURDES FERREIRA NATURALIDADE: TAPERUA - PB DATA DE NASCIMENTO: 25/03/1978 DOB: 073.602.994-03 NASC: N-4294 FLS/0460 CIV-445 CARTÓRIO TAPERUA - PB
Assinatura do Titular: <i>Ana Maria Ferreira</i> ASSINATURA DO TITULAR		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
CARTEIRA DE IDENTIDADE		

Ministério da Fazenda Receita Federal COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF
Número: 146.193.734-51
Nome: PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA
Nascimento: 03/10/2003

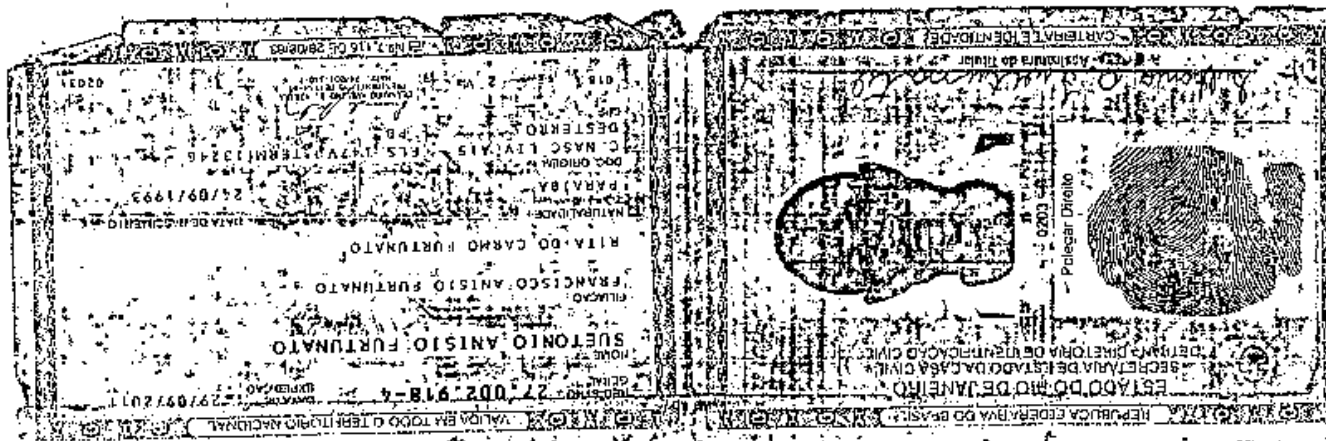
CÓDIGO DE CONTROLE 37AE325D5CF02EBD

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 09:23:19 do dia 12/07/2017 (hora e data de Brasília) dígito verificador: 00
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

SEI080001 LINES PRINT RM 30-10-2017 14:25 352239 1/1





SEMPRE EM LÍNEA PARA PAÍS
30-03-2017 14:25:35Z 3000 1/1



Documentos de Identificação



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
143.478.047-33

Nome
SUETONIO ANISIO FURTUNATO

Nascimento
24/09/1993

USE SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CODIGO DE CONTROLE
9865.D4A9.A7A7.51E6

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:45:03 do dia 01/09/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

SERVIDOR LIDER ORIENTAÇÃO 30-09-2017 14:25 352297 1/1





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 768.704.214-04

Nome: RITA DO CARMO FURTUNATO

Data de Nascimento: 12/03/1964

Situação Cadastral: REGULAR

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Dígito Verificador: 00

Documentos de Identificação



Comprovante emitido às: 07:45:43 do dia 14/12/2017 (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: DC0F.4833,1B27.6583



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

Nova Consulta





COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
143.478.037-61

Nome
MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO

Nascimento
06/03/1990

VÁLIDO SOMENTE COMO COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
DD79.B847.5CF1.ED2A

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 11:30:51 do dia 29/06/2017 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00.

Documentos de identificação



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EMISSÃO
02/06/2017

NÚMERO
27.002.919-2

MARIA JOSÉ ANÍSIO FURTUNATO

FRANCISCO ANÍSIO FURTUNATO

BITA DO CARMO FURTUNATO

DATA DE NASCIMENTO

IDENTIFICAÇÃO

TAPERDÁ/PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO



0353

Polegar Direito



32500000 LIDER PRONT PA 28-06-2017 14:25 352298 14





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

0337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58600-000
TAPEROÁ - PB.

Certidão de Nascimento

NOME:

PEDRO ENRIQUE ANISIO FERREIRA

MATRÍCULA

0706980155 2003 1 00017 269 0017482 41

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO)

três de outubro de dois mil e três

DIA

03

MÊS

10

ANO

2003

HORA DE NASCIMENTO

08:40

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Juazeirinho-PB

MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF

Taperoá-PB

LOCAL DE NASCIMENTO

Fundação Assistencial e Hospitalar de Juazeirinho PB - Juazeirinho-PB

SEXO

masculino

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO e ANA MARIA FERREIRA

Documentos de Identificação



AVÓS

Paterno(s): LUZIA DO CARMO

Materno(s): MARIA DE LOURDES FERREIRA.

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

NÃO POSSUI

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO)

vinete e quatro de outubro de dois mil e três (24/10/2003).

DNV (DEC. NASC. VIVO)

NADA CONSTA

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

2ª VIA. Registro lavrado em 24/10/2003, no livro A-00017, Nº 17482, folha 269-V.

NOME DO OFÍCIO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL RIBEIRO DE TOLEDO

OFICIAL REGISTRADOR

Maria das Graças Dias de Toledo Farías

MUNICÍPIO/UF

Taperoá-PB

ENDEREÇO

AV. GETÚLIO VARGAS, S/N - CENTRO Taperoá-PB - CEP 58600000 Fone: 3453-2451 E-mail: cartorio@ribeirotoledo@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Taperoá-PB, 01 de agosto de 2017.

Cláudia Regina Guimarães

Cláudia Regina Guimarães
Escrevente Compromissada

Selo Digital: AFK90369-VROB

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.jus.br>

Cláudia Regina Guimarães
Escrevente

0337589/0001-06
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
RIBEIRO DE TOLEDO
Av. Getúlio Vargas, S/N
CENTRO - CEP 58600-000
TAPEROÁ - PB.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

262805 B



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00065/00066 - carta_01 - MORTE



Carta nº 12121492



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: SUETONIO ANISIO FURTUNATO

Nº Sinistro: 3170659950

Vítima: FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

Data do Acidente: 24/06/2017

Cobertura: MORTE

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

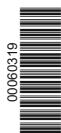
Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00637/00638 - carta_03 - MORTE



00060319

Carta nº 12121525



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **ANA MARIA FERREIRA**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12121583

Pag. 01473/01474 - carta_01 - MORTE



00020737



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **RITA DO CARMO FURTUNATO**
Nº Sinistro: **3170659950**
Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**
Data do Acidente: **24/06/2017**
Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentos de identificação não conclusivo
- Autorização de pagamento não conclusivo
- Declaração cônjuge não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

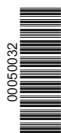
Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00063/00064 - carta_03 - MORTE



00050032

Carta nº 12121584



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **RITA DO CARMO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00077/00078 - carta_01 - MORTE



Carta nº 12121592



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170659950**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo

Pag. 00047/00048 - carta_03 - MORTE



A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12121596



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária.**

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01475/01476 - carta_01 - MORTE



Carta nº 12121662



Rio de Janeiro, 19 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO**

Nº Sinistro: **3170659950**

Vítima: **FRANCISCO ANISIO FURTUNATO**

Data do Acidente: **24/06/2017**

Cobertura: **MORTE**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3170659950**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Morte é de R\$ 13.500,00 e será pago aos legítimos beneficiários, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

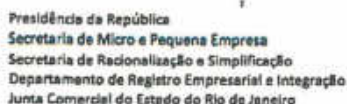
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12121678

Pag. 01477/01478 - carta_01 - MORTE





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Doyle Environmental

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argumentor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D730-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD5E0FBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 14/10/2019 15:22:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101415222588000000024451710>

Número do documento: 1910141522258800000024451710

Num. 25281411 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Num. 25281411 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

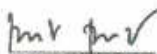
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
EDLP-56891 H01, EDLP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





Vara Única de Taperoá
R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000
()

Nº do processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se o advogado da parte para, querendo, impugnar a contestação no prazo legal.

Advogado: MARCELO DANTAS LOPES OAB: PB18446 Endereço: desconhecido

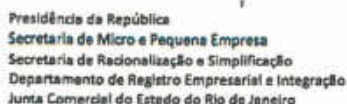
TAPEROÁ, em 18 de novembro de 2019.

De ordem, ADRIANA DIAS FARIAS
Mat.



documentos habilitação anexos





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL, QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Types Partitions

Sociedade anônima

Doyle Environmental

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argumentor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
an online digital library



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/11/2019 11:32:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112611322208400000025618165>

Número do documento: 19112611322208400000025618165

Num. 26527339 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/11

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

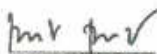
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-0000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que decorreu o prazo da parte autora sem impugnar a contestação.

TAPEROÁ, 1 de junho de 2020

PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA

Técnica Judiciária





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800228-39.2018.8.15.0091

[Acidente de Trânsito]

AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de ação de **cobrança de indenização do Seguro DPVAT** ajuizada pelos herdeiros de **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**, alegando, em síntese, que sofreu acidente automobilístico que o deixou com sequelas permanentes. Juntou documentos.

Citada, a promovida alegou que o pedido administrativo restou negado por ausência de documentos (ID nº 25281408).

Não houve réplica (ID nº 31175840).

Vieram-me conclusos os autos.

É o relato do essencial. Decido.

A jurisprudência dominante exige a comprovação de prévio requerimento administrativo e o correspondente indeferimento para que reste configurado o interesse processual.

Ilustrativamente:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE



INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. ” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. “Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso” (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001,



Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

No mesmo sentido: TJPB, APL 0020823-61.2013.815.2001, Terceira Câmara Especializada Cível, Rel^a Des^a Maria das Graças Morais Guedes, DJPB 11/04/2017, p. 14; e TJPB, APL 0002391-51.2014.815.2003, Segunda Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, DJPB 11/04/2017, p. 10).

Em consulta ao sítio eletrônico da Seguradora Líder, verifico que a negativa administrativo, de fato, se deu EM VIRTUDE DE DOCUMENTOS FALTANTES QUE NÃO FORAM ENTREGUES, tendo a promovida aberto prazo de cento e oitenta dias para saneamento das lacunas.

Portanto, **HOUVE DESÍDIA DA PRÓPRIA PARTE AUTORA NA FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO, TENDO HAVIDO CONCESSÃO DE PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO FALTANTE.**

Verifica-se, na espécie, que a parte, propôs ação sem cumprir os requisitos necessários para tanto, uma vez que a não juntara da documentação requerida pela promovida, equivale ao não requerimento administrativo.

Assim, não há interesse processual na presente demanda, uma vez que o autor não realizou o pedido, adequadamente, na via administrativa.

Posto isso, nos moldes do art. 485, VI, do CPC, **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL**, e condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e 10% do valor da causa a título de honorários advocatícios, observada a suspensão de exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da gratuidade judiciária.



Dispensada a publicação no Diário da Justiça Eletrônico (art. 5º, *caput*, da Lei Federal n.º 11.419/2006¹).

P.R.I.

Decorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se, independentemente de nova conclusão.

Cumpra-se.

Taperoá/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito



APELAÇÃO EM ANEXO - FORMATO PDF



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA COMARCA DE TAPEROÁ
- PB.**

**INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO - PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO
- PRETENSÃO RESISTIDA COM A IMPUGNAÇÃO DE MÉRITO DA APELADA
OFENSA AO PRINCÍPIOS DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA, CELERIDADE PROCESSUAL E ECONOMIA PROCESSUAL**

**PREQUESTIONAMENTO - AFRONTA AOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E
OUTRAS GARANTIAS PROCESSUAIS, NOTADAMENTE DO ARTIGO 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal,
OS DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A LEI FEDERAL DO SEGURO DPVAT Lei nº
6.194/74**

**REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INCLUSO
CARTA NEGADA INCLUSA
PRETENSÃO RESISTIDA PELA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO DA APELADA**

Autos: 0800228-39.2018.8.15.0091

SUETÔNIO ANÍSIO FURTUNATO E OUTROS, já devidamente qualificados no Processo nº **0800228-39.2018.8.15.0091**, por intermédio de seus procuradores e advogados infra-assinados, inconformada, data vênua, com a respeitável decisão prolatada no processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, interpor o presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, requerendo a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, com fulcro no que preceitua o artigo 1009 e seguintes do NCPC.

Requer ainda, com base no que preceitua os artigos 4º e 9º da Lei Nº. 1.060/1950, que o presente recurso seja recebido com os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a Apelante não dispõe de condições financeiras de arcar com as custas processuais sem prejudicar o próprio sustento.

Nestes Termos, P. deferimento.
Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES
Advogado OAB/PB 18.446



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Apelante: SUETÔNIO ANISIO FURTUNATO E OUTROS

Autos: 0800228-39.2018.8.15.0091

Comarca de Origem: Taperoá/PB

RAZÕES RECURSAIS DO APELANTE

**Colenda Turma Julgadora,
Eminente relator,**

Merece reforma total a sentença proferida pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, tendo em vista ter contrariado frontalmente os princípios constitucionais DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTABELECIDOS no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, bem como, AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A JURISPRUDÊNCIA MAJORATÓRIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, HAJA VISTA QUE HOVE O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A CONFIGURAÇÃO DA PRETENSÃO RESISTIDA DA APELADA COM A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO.

Outrossim, Nobres Julgadores, OS APELANTES cientes de seu direito ingressou com o pedido administrativo com toda a documentação exigida pela a apelada para obter o seguro DPVAT NO QUAL FAZ JUS como o Boletim de Ocorrência (BO), certidão de óbito e outros documentos necessários para a concessão administrativa do requerido seguro e outros documentos, tendo O PRESENTE PEDIDO NEGADO em virtude da exigência de documentos com intuito de postergar o direito dos autores ao SEGURO DPVAT.

Logo, Nobres Julgadores, OS APELANTES REALIZOU O DEVIDO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, HAJA VISTA QUE POSSUIA OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONCESSÃO, CONTUDO NUNCA OBTVEVE RESPOSTA ACERCA DO SEU DIREITO DE RECEBER O SEGURO DPVAT.

NESTE CONTEXTO, NOBRES JULGADORES, O DOUTO JUIZ A QUO EXTINGUIU O PRESENTE FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO ESTANDO INCLUSO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA E A CARTA DE INDEFERIMENTO (NEGATIVA) DO PLEITO ADMINISTRATIVO JUNTO A PROMOVIDA, BEM COMO, RESTANDO AINDA CONFIGURADO O INTERESSE DE AGIR ANTE A PRETENSÃO RESISTIDA PELA APRESENTAÇÃO DA PEÇA CONTESTÓRIA INSERTA NOS AUTOS.



ADEMAIS, COMO JÁ MENCIONADO O PRESENTE PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR RESTA DEVIDAMENTE CONFIGURADO, ALÉM DA PRETENSÃO RESISTIDA CONFIGURADA PELA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO.

DATA MÁXIMA VÊNIA, A ATUAL JURISPRUDÊNCIA NÃO DETERMINA O COMPLEMENTO/EXAURIMENTO, MAS SIM O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE FOI FEITO PELA APELANTE.

DE OUTRA BANDA, A JURISPRUDÊNCIA MAJORITÁRIA É UNÂNIME NO SENTIDO CASO HAJA APRESENTAÇÃO DA PEÇA CONTESTATÓRIA PELA SEGURADORA LIDER S/A está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão.

LOGO, ANTE AO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A JURISPRUDÊNCIA ATUAL E O PEDIDO ADMINISTRATIVO NEGADO E A PRETENSÃO RESISTIDA DA APELADA PELA APRESENTAÇÃO DA PEÇA CONTESTATÓRIA.

Desta feita, Nobres Julgadores, pelos os argumentos supramencionados se fazem necessário a REFORMA DA SENTENÇA ora vergastada com a DETERMINAÇÃO DO RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO COM PROLATAÇÃO DA SENTENÇA DE MÉRITO.

1. BREVE ESBOÇO DA LIDE

2.

Os apelantes ajuizaram a presente demanda pleiteando junto ao Poder Judiciário a indenização do seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito.

Nisto, Nobres Desembargadores, a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários para concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT como o Boletim de Ocorrência, Prontuário médico, e outros documentos, bem como, A JUNTADA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A CARTA DE INDEFERIMENTO DA APELADA.

Necessário se faz dizer que O PRESENTE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO FOI ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO COMO BOLETIM DE OCORRÊNCIA, CERTIDÃO DE ÓBITO e outros documentos.

Desta feita, o juízo a quo EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO TENDO O APELANTE REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E O MESMO ESTANDO NEGADO, e ESTANDO A PRETENSÃO RESISTIDA PELA A APRESENTAÇÃO DA PEÇA DEFENSIVA DA APELADA.



No próprio CORPO DA SENTENÇA O JUÍZO A QUO FUNDAMENTOU EM JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA QUE EXIGE APENAS O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, VEJAMOS:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. **A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas,** consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. " (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

A sentença recorrida a **AFRONTA A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA, O DEVIDO PROCESSO LEGAL E O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, haja vista, QUE O HOVE O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SENDO POSTERIORMENTE NEGADO.**

AFRONTA TAMBEM O PRÓPRIO CPC NO SENTIDO DE QUE O INTERESSE DE AGIR ENCONTRA-SE CONFIGURADO, HAJA VISTA QUE A SEGURADORA DEVIDAMENTE CITADA, APRESENTOU CONTESTAÇÃO IMPUGNANDO O MÉRITO, CARACTERIZANDO ASSIM, A RESISTÊNCIA A PRETENSÃO AUTURAL.

ANTE A EXTINÇÃO DO FEITO, BEM COMO, O INCONFORMISMO COM A SENTENÇA VERGASTADA, A PARTE AUTORA interpõe a presente Apelação, com vistas à



reforma total da sentença de 1.º Grau, com suporte nas razões a seguir expostas.

3. Dos Pressupostos de Admissibilidade e a sua Tempestividade

4.

A intimação do apelante se deu por meio da plataforma PJE no dia **30/07/2020**, devendo-se considerar os prazos processuais só devem ser contados a partir do primeiro dia útil seguinte, tendo o prazo fatal no dia **24/08/2020**.

Logo, o presente recurso **ENCONTRA-SE** plenamente tempestivo.

Acerca das custas e emolumentos recursais, salienta o apelante que não possui meios de arcar com as mesmas sem prejuízo de sua própria subsistência e de sua família, logo, requer o deferimento/manutenção da assistência judiciária gratuita nos termos da Lei nº 1060/50.

Os demais pressupostos intrínsecos e extrínsecos do Recurso de Apelação estão plenamente preenchidos.

3. Do Mérito

A decisão do juízo a quo não deve ser mantida, porquanto está em desconformidade com os dispositivos legais materiais e formais, bem como constitucionais, como se vê **O PEDIDO ADMINISTRATIVO ENCONTRA-SE NEGADO E A APELADA APRESENTOU CONTESTAÇÃO RESISTIDA ASSIM A PRETENSÃO AUTURAL, DESTARTE, O INTERESSE DE AGIR ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE CONFIGURADO.**

A SENTENÇA COMBATIDA ENCONTRA-SE EM DESCONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, PELA EXISTÊNCIA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, O INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO E PRETENSÃO RESISTIDA PELA A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO POR PARTE DA APELADA.

Outrossim, MESMO QUE NÃO HOUVESSE A APRESENTAÇÃO DA PEÇA DEFENSIVA POR PARTE DA APELADA, BEM COMO, A NEGATIVA DO PEDIDO ADMINISTRATIVO o interesse de agir já restaria **CONFIGURADO PELO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**, CONFORME JURISPRUDÊNCIA ABAIXO:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO EM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. "Esta corte já firmou entendimento no sentido de



que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. " (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

ACÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. "Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso" (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLICADO 09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16).

Outrossim, a extinção do processo sem resolução ao mérito ante a COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, O INDEFERIMENTO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO É UMA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, ALÉM DA PRETENSÃO RESISTIDA PELA APRESENTAÇÃO DA PEÇA DEFENSIVA POR PARTE DA APELADA.

Destarte, Data Máxima Vênia, a presente sentença combatida deve ser reformada em todos os seus termos, sendo determinado o retorno dos autos para prosseguimento do feito.



4. DO PREQUESTIONAMENTO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS (LEGISLAÇÃO FEDERAL) INAPLICADAS

O r. decismum, ao entender do apelante, deixou inaplicados os seguintes dispositivos constitucionais e legais: **o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, dispositivo processual artigos 3º do Novo Código de Processo Civil e os dispositivos da Lei Federal do Seguro DPVAT Lei nº 6.194/74.**

Ainda mais, todo o exposto desfilado acima e que, situa-se em posicionamento integralmente inverso ao decismum singular.

O prequestionamento **efetiva-se para, se necessário fundamentar-se recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça e recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.**

5. Das Razões Recursais

Como já mencionado, Nobres Julgadores, a presente causa versa sobre a cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT no qual o juízo a quo que **EXTINGUIU O FEITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, MESMO A APELANTE TER REALIZADO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO DETERMINA A ATUAL JURISPRUDÊNCIA, BEM COMO, A NEGATIVA/INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (NEGADO).**

De outra banda, HOUE A PRETENSÃO RESISTIDA QUANDO, NA CONTESTAÇÃO APRESENTADA PELA APELADA IMPUGNOU O MÉRITO DA DEMANDA.

Oportuno dizer que, felizmente, a jurisprudência pátria, aplicando o princípio da inafastabilidade da apreciação pelo Poder Judiciário, previsto no **artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, não vacila em garantir que a toda lesão ou ameaça ao direito teve ser apreciado pelo PODER JUDICIÁRIO.**

O apelante **BUSCA APENAS A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL APÓS O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E A SUA NEGATIVA, DA MELHOR FORMA PREVISTA EM LEI E ACEITA PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS.**

No caso dos autos, é de ser afastada a carência de ação por ausência de interesse de agir, uma vez que **O APELANTE REQUEREU O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, E O MESMO ENCONTRA-SE NEGADO, ALÉM QUE HOUE A APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO IMPUGNANDO O MÉRITO DA PRESENTE DEMANDA.**



Destarte, espera e confia, data vênua, que seu legítimo direito não seja excluído da apreciação do Poder Judiciário.

6 - Dos Pedidos Recursais

Por todo o exposto, pelo que consta dos autos e pelo que será suprido pelos DD. Julgadores requer seja o presente recurso CONHECIDO e PROVIDO, para ANULAR a r. sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito, afastando a FALTA DE INTERESSE DE AGIR, haja vista, que nos autos consta A PRETENSÃO RESISTIDA PELA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELA APELADA IMPUGNANDO O MÉRITO DA PRESENTE DEMANDA, PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, bem como, CARTA DE INDEFERIMENTO/NEGATIVA DO PLEITO ADMINISTRATIVO, restando assim, o interesse de agir configurado, determinando o retorno dos autos ao E. Juízo de origem, a fim de que se dê prosseguimento ao feito com a prolatação da sentença de mérito, sob pena de afronta aos princípios do livre acesso à justiça e o da inafastabilidade da jurisdição.

Nestes precisos termos, pede e confia no deferimento.
Taperoá, Data, Hora e Assinatura Digitais.

MARCELO DANTAS LOPES
Advogado OAB/PB 18.446



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAPEROA/PB

PROCESSO: 08002283920188150091

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

TAPEROA, 18 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAPEROA / PB

Processo n.º 08002283920188150091

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que lhe resultou invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar extinto o processo sem resolução do mérito.

Data máxima vênica, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Ab initio, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora, ora apelante, juntou a documentação necessária em via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário. Por certo, tal situação é rechaçada pelo ordenamento pátrio, dada a exegese empregada à falta de interesse de agir, que compreende o binômio necessidade e interesse, restando a primeira exigência ausente nos presentes autos.



Assim, resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça¹.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA.

AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura

ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do

montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Cumprе salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir².

Denota-se do entendimento das Cortes Superiores, que a Judicialização da demanda não é o primeiro caminho a percorrer. Isto é, deveria a parte recorrente, primeiro ter buscado a solução na esfera administrativa, **o que efetivamente não aconteceu**, devido à ausência de documentação.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**³. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

¹SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**”

²SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.**”

³<https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>



Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, tendo a parte Apelante deixado de comprovar suas alegações, qual seja, o prévio requerimento administrativo, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a ausência do interesse de agir, na forma do Art. 267, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TAPEROA, 18 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANÍSIO**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **TAPERÓIA**, nos autos do Processo nº 08002283920188150091.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que:

- 1) o Recurso de Apelação e as Contrarrazões foram interpostas no prazo legal.
- 2) remeto os autos ao TJPB.

TAPEROÁ, 27 de outubro de 2020

PATRICIA GOMES BEZERRA DA COSTA

Chefe de Cartório





Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0800228-39.2018.8.15.0091

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de POSSÍVEL PREVENÇÃO destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de outubro de 2020.

Dimas Junho de Araújo Lucena
Gerência de Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Processo nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando que o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, com o fim de humanizar a prestação jurisdicional como qualidade absolutamente necessária e inevitável para a efetivação de uma justiça sintonizada com o princípio da dignidade da pessoa humana, através da disponibilização de meios que conjuguem a necessidade de acesso à justiça e de celeridade com o dever de preservação dos direitos fundamentais, esta Corte de Justiça, através da Resolução nº 28, de 13 de julho de 2011, criou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, visando à disseminação da cultura de pacificação social.

Com isso, em razão do Mutirão que será realizado no período de 30/11 a 04/12 do corrente, determino a remessa dos autos ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, onde, provisoriamente, está funcionando o Centro de Mediação do 2º Grau, para que sejam tomadas as providências necessárias, no sentido de se chegar a uma composição amigável à presente celeuma, se possível, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.



Cumpra-se.

João Pessoa, 04 de novembro de 2020.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Relator



CERTIDÃO

CERTIFICO QUE EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO NOVO COVID-19 E DAS **AUDIÊNCIAS ESTAREM SENDO REALIZADAS DE FORMA VIRTUAL**, DISPONIBILIZAMOS ABAIXO O LINK DE ACESSO AO REFERIDO ATO PROCESSUAL, BEM COMO INFORMAMOS AINDA QUE O MESMO FOI DIVULGADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA QUANDO DA PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA AUDIÊNCIA.

TELEFONE PARA CONTATO – CEJUSC 2º GRAU : (83) 9 - 9143-2693

LINK DE ACESSO: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=mf82536d33acec79521be12d50e8a44b1>

João Pessoa, data e assinatura digitais.

Luacy Pimentel Lins

Técnica Judiciária



Anexo Termo de Audiência.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA
NUCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DO 2º GRAU

TERMO DE AUDIÊNCIA/SESSÃO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL

Data	Hora	Processo	Natureza da audiência
01.12.2020	16:30	0800228-39.2018.8.15.0091	CONCILIAÇÃO
APELANTES AUSENTES	SUETONIO ANISIO FORTUNATO DEMETRIS FRANCISCO PEREIRA ANISIO JOSE EWERTON FRANCISCO PEREIRA WELLINGTON EMANUEL PEREIRA ANISIO CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA ANA MARIA FERREIRA MARIA JOSÉ ANISIO RITA DO CARMO FORTUNATO		
Advogado dos apelantes	MARCELO DANTAS LOPES OAB PB 18446 (ausente)		
Apelada	SEGURADORA LIDER DOS SEGUROS - DPVAT		
Advogada	STEPHANIE OLIVEIRA DANTAS OAB/PB 23.517		
Preposta	Dayana Nayara Marinho dos Santos CPF 054.536.914-25		
Conciliador(es) em formação:	Karine Farias de Lacerda Kenia Rousy C. de Medeiros Guimaraes Alfredo Ferreira de Miranda Neto Camilla Keyla Bandeira Moura Pedro Paulo Queiroz da Costa. Daniele Monte da Silva Carla Vasconcelos Bezerra Ana Maria Cristina Brito Loureiro Djemerson Galdino de Araújo Karine Farias de Lacerda Talita Daiane Cunha Lima André Luiz Gomes Meira Josandra Araujo Barreto de Melo		

Iniciado os trabalhos, após o aguardo dez minutos do horário apazado para início da sessão, foi constatada a presença da parte apelada, preposta e sua advogada e a ausência dos apelantes e seu advogado. Feita a apresentação de estilo e explicado o procedimento e a importância da composição amigável e o benefício de uma conciliação, agradecemos aos que compareceram ao chamado do Judiciário, e encerramos por impossibilidade de continuação da sessão em razão da ausência de uma das partes. Em sendo assim, nada mais havendo a constar, encerro o presente termo, devolvendo os autos para tramitação



normal.

João Pessoa, 01 de dezembro de 2020.

Apelada
Preposta
Advogado do apelada
Conciliador (es) em formação:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides

Processo nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista o que dispõe o art. 485, §7º do CPC^[1], retornem os autos à Comarca de origem, a fim de que o magistrado *a quo* exerça ou não o juízo de retratação.

Cumpra-se.

João Pessoa, 9 de dezembro de 2020.

Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides
Relator



[1] Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I - indeferir a petição inicial;

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.

§7º Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800228-39.2018.8.15.0091

DECISÃO

Em que pese a interposição do presente recurso, permaneço compreendendo mais harmônico aos princípios e demais institutos do Direito Processual Civil, que têm fundamento de validade na Constituição Federal e Jurisprudência pátria, a tese esposada na sentença recorrida.

Assim:

- 1 – **mantenho** a sentença, por seus próprios fundamentos;
- 2 – Por fim, **remetam-se** os autos ao Tribunal de Justiça, para os devidos fins.

Taperoá-PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, conforme determinado na decisão de ID **37968122**, faço remessa dos presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Taperoá-PB, 17 de dezembro de 2020

Adriana Dias Farias

Técnica Judiciária





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Processo nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

Classe: APELAÇÃO CÍVEL

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

Peço dia para julgamento virtual.

João Pessoa, 28 de abril de 2021.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos
Relator





Vistos, etc.

Designo para julgamento a Primeira Sessão que se realizar após 05 (cinco) dias da publicação da respectiva pauta no Diário da Justiça, conforme disposto no art. 935 do Código de Processo Civil.

Cumpra-se.

Desa. Maria das Graças Morais Guedes

Presidente da 3ª Câmara Especializada Cível





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA CÂVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara CÂ-vel a realizar-se no dia 31-05-2021 às 14:00 até 07-06-2021.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 23ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA CÂVEL - VIRTUAL da 3ª Câmara CÂ-vel a realizar-se de 31/05/2021 às 14:00 até 07/06/2021.



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(PAUTA ORDINÁRIA PJE)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800228-39.2018.8.15.0091.

(PJE-205)

CERTIDÃO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Terceira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária na modalidade julgamento virtual, apreciando o Processo acima indicado, assim decidiram:

“DEU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. UNÂNIME”.

Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque (Presidente). Participaram do julgamento, ainda, a Exma. Desa. Maria das Graças Morais Guedes e o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos (Relator).

Presente ao julgamento, também, o Exmo. Dr. Doriel Veloso Gouveia, Procurador de Justiça.



Sala de Sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, início às 14:00hs do dia 10 de maio de 2021 e término às 13:59hs do dia 17 de maio de 2021.

Raissa Maia de Medeiros

ASSESSORA DA 3ª CÂMARA CÍVEL





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Processo nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DEMANDA AJUIZADA APÓS O NOVO ENTENDIMENTO DO STF NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. PROVA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PEDIDO NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. CONTESTAÇÃO DE MÉRITO APRESENTADA. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INAUGURAL EVIDENCIADA. **PROVIMENTO.**

- Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então uníssono, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo.

- Havendo a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora com a negativa do pedido por ausência de comprovação documental, como também insurgindo-se a parte ré em face do pleito autoral, por meio de contestação, resta configurada, de forma inequívoca, a pretensão resistida por parte da requerida até porque o interesse de agir não exige que o segurado esgote a instância administrativa.



VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos antes identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, integrando a decisão a certidão de julgamento constante dos autos.

Trata-se de Apelação Cível interposta por *Demetris Francisco Ferreira Anísio e outros* contra a sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Taperoá, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em desfavor da *Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A*, a qual julgou extinto o processo, sem julgamento de mérito por ausência de interesse processual, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e 10% do valor da causa a título de honorários advocatícios, observada a suspensão de exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da gratuidade judiciária.

Nas **razões recursais**, a parte apelante alega que houve o pedido administrativo prévio e que o mesmo foi negado. Com fulcro nesses argumentos, pugna pela anulação da sentença e retorno dos autos para prosseguimento do feito e julgamento de mérito.

Contrarrazões apresentadas.

É o Relatório.

VOTO – DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

O cerne da questão gira em torno da análise da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, indeferindo a petição inicial, em razão de considerar que o pedido administrativo se mostrava deficiente, equiparando-o à ausência e requerimento administrativo para que a Seguradora aferisse o mérito do pedido.

É cediço que o Supremo Tribunal Federal - na mesma linha de raciocínio seguida no **Recurso Extraordinário nº 631.240**, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida - assentou que **a necessidade de prévio requerimento administrativo também é condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712), não se confundindo com o esgotamento das vias administrativas.**

Nesse sentido:



APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CAUSA IMEDIATAMENTE EXTINTIVA DO FEITO A SER OBSERVADA EM AÇÕES AJUIZADAS APÓS A DATA DO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG (03/09/2014). MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DO APELO.

- Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo.

- Em decorrência da própria oscilação jurisprudencial sobre a matéria, buscando conferir uma maior segurança jurídica aos jurisdicionados, o Supremo Tribunal Federal estipulou uma regra de transição para a observância da nova hipótese de ausência de interesse de agir reconhecida. Nesse contexto, como padrão razoável de comportamento das partes e do juiz, estabeleceu que a adoção do entendimento como causa imediatamente extintiva do feito deve ser observada nas ações ajuizadas após a data de julgamento do Recurso Extraordinário nº 631.240/MG (03/09/2014), sendo este o caso dos autos, porquanto tratar-se de demanda proposta em 30/01/2017, devendo, pois, ser mantida a sentença vergastada.

(0800193-60.2017.8.15.0141, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 29/06/2020) (grifo nosso)

No caso em testilha, a ação foi proposta em 17/05/2018 e houve a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora objetivando o recebimento de indenização relativa ao seguro DPVAT, como também a sua negativa por ausência de comprovação documental (ID 846539 – págs. 7-8).

Infere-se do referido documento que a seguradora solicitou a regularização dos seguintes documentos: “*Autorização de pagamento não conclusivo; Comprovante de residência não conclusivo; Boletim de ocorrência não conclusivo*”.

Ora, além de não haver a exigência do esgotamento da instância administrativa para justificar o interesse de agir, não há como presumir que a regularização da documentação exigida seja imprescindível para o deferimento do pleito administrativo, posto que tantos outros podem ser suficientes para o deferimento, ou não, do pedido.

Nesse sentido, veja-se os julgados abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEMANDA AJUIZADA APÓS A FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG.



COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PEDIDO NEGADO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. CONTESTAÇÃO DE MÉRITO APRESENTADA. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INAUGURAL EVIDENCIADA. PROVIMENTO DO APELO. - Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. - **Havendo a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora com a negativa do pedido por ausência de comprovação documental, como também insurgindo-se a parte ré em face do pleito autoral, por meio de contestação, resta configurada, de forma inequívoca, a pretensão resistida por parte da requerida até porque o interesse de agir não exige que o segurado esgote a instância administrativa.** VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária, dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

(0800569-65.2018.8.15.0091, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 03/02/2021)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. ENTENDIMENTO DE QUE O **REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SUPOSTAMENTE DEFICIENTE SERIA O MESMO QUE AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.** IRRESIGNAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. PRESUNÇÃO RELATIVA. NÃO SE PODE PRESUMIR QUE A SEGURADORA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO DETÉM FÉ DE OFÍCIO IGUAL AO INSS PARA QUE SUAS ALEGAÇÕES ADMINISTRATIVAS SEJAM VEROSSÍMEIS – **PRESUNÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO AFASTADA. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO COM O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA RETORNAR OS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU PARA SEGUIR TODO TRÂMITE PROCESSUAL.**

Acordam os integrantes da Terceira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária virtual, apreciando o processo acima indicado, em **DAR PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, UNÂNIME.**

(0809804-06.2016.8.15.0001, Rel. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 03/06/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C DANOS MORAIS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. CONTESTAÇÃO APRESENTADA. PRETENSÃO RESISTIDA. INTERESSE PRESENTE. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. PROVIMENTO. - A resistência da parte ré ao pedido inicial evidencia o interesse de agir do autor, a despeito de inexistir prévio



pedido administrativo.
(0801417-38.2018.8.15.0031, Rel. Desa. Maria das Graças Moraes Guedes,
APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 21/05/2020)

Assim, tenho que assiste razão à apelante, merecendo ser cassada a sentença ora impugnada, para se reconhecer o interesse de agir dos autores, porquanto clarividente a pretensão resistida da seguradora.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO APELO**, para reconhecer o interesse processual do autor, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para o regular processamento do feito.

É o **VOTO**.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Relator



Trata-se de Apelação Cível interposta por **Demetris Francisco Ferreira Anísio e outros** contra a sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Taperoá, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada em desfavor da **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A**, a qual julgou extinto o processo, sem julgamento de mérito por ausência de interesse processual, condenando a parte autora ao pagamento das custas processuais e 10% do valor da causa a título de honorários advocatícios, observada a suspensão de exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da gratuidade judiciária.

Nas **razões recursais**, a parte apelante alega que houve o pedido administrativo prévio e que o mesmo foi negado. Com fulcro nesses argumentos, pugna pela anulação da sentença e retorno dos autos para prosseguimento do feito e julgamento de mérito.

Contrarrazões apresentadas.

É o Relatório.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba
Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Processo nº: 0800228-39.2018.8.15.0091

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

APELANTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUETONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/AREPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DEMANDA AJUIZADA APÓS O NOVO ENTENDIMENTO DO STF NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. PROVA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PEDIDO NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. CONTESTAÇÃO DE MÉRITO APRESENTADA. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INAUGURAL EVIDENCIADA. **PROVIMENTO.**

- Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo.

- Havendo a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora com a negativa do pedido por ausência de comprovação documental, como também insurgindo-se a parte ré em face do pleito autoral, por meio de contestação, resta configurada, de forma inequívoca, a pretensão resistida por parte da requerida até porque o interesse de agir não exige que o segurado esgote a instância administrativa.

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos antes identificados.

ACORDA a Egrégia Terceira Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, integrando a decisão a certidão de julgamento constante dos autos.





VOTO – DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS

O cerne da questão gira em torno da análise da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, indeferindo a petição inicial, em razão de considerar que o pedido administrativo se mostrava deficiente, equiparando-o à ausência e requerimento administrativo para que a Seguradora aferisse o mérito do pedido.

É cediço que o Supremo Tribunal Federal - na mesma linha de raciocínio seguida no **Recurso Extraordinário nº 631.240**, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida - assentou que **a necessidade de prévio requerimento administrativo também é condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712), não se confundindo com o exaurimento das vias administrativas.**

Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CAUSA IMEDIATAMENTE EXTINTIVA DO FEITO A SER OBSERVADA EM AÇÕES AJUIZADAS APÓS A DATA DO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG (03/09/2014). MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DO APELO.

- Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo.

- Em decorrência da própria oscilação jurisprudencial sobre a matéria, buscando conferir uma maior segurança jurídica aos jurisdicionados, o Supremo Tribunal Federal estipulou uma regra de transição para a observância da nova hipótese de ausência de interesse de agir reconhecida. Nesse contexto, como padrão razoável de comportamento das partes e do juiz, estabeleceu que a adoção do entendimento como causa imediatamente extintiva do feito deve ser observada nas ações ajuizadas após a data de julgamento do Recurso Extraordinário nº 631.240/MG (03/09/2014), sendo este o caso dos autos, porquanto tratar-se de demanda proposta em 30/01/2017, devendo, pois, ser mantida a sentença vergastada.

(0800193-60.2017.8.15.0141, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 29/06/2020) (grifo nosso)

No caso em testilha, a ação foi proposta em 17/05/2018 e houve a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora objetivando o recebimento de indenização relativa ao seguro DPVAT, como também a sua negativa por ausência de comprovação documental (ID 846539 – págs. 7-8).



Infere-se do referido documento que a seguradora solicitou a regularização dos seguintes documentos: “*Autorização de pagamento não conclusivo; Comprovante de residência não conclusivo; Boletim de ocorrência não conclusivo*”.

Ora, além de não haver a exigência do esgotamento da instância administrativa para justificar o interesse de agir, não há como presumir que a regularização da documentação exigida seja imprescindível para o deferimento do pleito administrativo, posto que tantos outros podem ser suficientes para o deferimento, ou não, do pedido.

Nesse sentido, veja-se os julgados abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEMANDA AJUIZADA APÓS A FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PEDIDO NEGADO POR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. CONTESTAÇÃO DE MÉRITO APRESENTADA. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INAUGURAL EVIDENCIADA. PROVIMENTO DO APELO. - Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então uníssono, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. - **Havendo a demonstração do requerimento administrativo formulado junto à Seguradora com a negativa do pedido por ausência de comprovação documental, como também insurgindo-se a parte ré em face do pleito autoral, por meio de contestação, resta configurada, de forma inequívoca, a pretensão resistida por parte da requerida até porque o interesse de agir não exige que o segurado esgote a instância administrativa.** VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária, dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

(0800569-65.2018.8.15.0091, Rel. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, APELAÇÃO CÍVEL, 4ª Câmara Cível, juntado em 03/02/2021)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. ENTENDIMENTO DE QUE O **REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO SUPOSTAMENTE DEFICIENTE SERIA O MESMO QUE AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.** IRRESIGNAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. PRESUNÇÃO RELATIVA. NÃO SE PODE PRESUMIR QUE A SEGURADORA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO DETÉM FÉ DE OFÍCIO IGUAL AO INSS PARA QUE SUAS ALEGAÇÕES ADMINISTRATIVAS SEJAM VEROSSÍMEIS – **PRESUNÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO AFASTADA.**



INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO COM O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO PARA RETORNAR OS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU PARA SEGUIR TODO TRÂMITE PROCESSUAL.

Acordam os integrantes da Terceira Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, em sessão ordinária virtual, apreciando o processo acima indicado, em DAR PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, UNÂNIME.

(0809804-06.2016.8.15.0001, Rel. Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 03/06/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C DANOS MORAIS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. CONTESTAÇÃO APRESENTADA. PRETENSÃO RESISTIDA. INTERESSE PRESENTE. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. PROVIMENTO. - A resistência da parte ré ao pedido inicial evidencia o interesse de agir do autor, a despeito de inexistir prévio pedido administrativo.

(0801417-38.2018.8.15.0031, Rel. Desa. Maria das Graças Morais Guedes, APELAÇÃO CÍVEL, 3ª Câmara Cível, juntado em 21/05/2020)

Assim, tenho que assiste razão à apelante, merecendo ser cassada a sentença ora impugnada, para se reconhecer o interesse de agir dos autores, porquanto clarividente a pretensão resistida da seguradora.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO APELO**, para reconhecer o interesse processual do autor, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para o regular processamento do feito.

É o **VOTO**.

Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos

Relator



Intimo as partes do inteiro teor do Acórdão (Id num. 11301613).



CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, conforme registro do sistema PJe, na data de 23 de julho de 2021 decorreu o prazo de lei sem interposição de recurso aos termos do Acórdão Id num. 11301613.

Gerência Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba em 29 de julho de 2021.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço conclusão dos autos para ciência da decisão de ID **46421327**.

Taperoá-PB, 9 de agosto de 2021

Adriana Dias Farias

Técnica Judiciária





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
Vara Única de Taperoá

INTIMAÇÃO

Intimem-se os Advogados das partes para ciência do retorno dos autos da Instância superior, bem como, para requerer o que entender de direito.

TAPEROÁ, 13 de setembro de 2021.

USUÁRIO DO SISTEMA
Documento Autoassinado





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
Vara Única de Taperoá

INTIMAÇÃO

Intimem-se os Advogados das partes para ciência do retorno dos autos da Instância superior, bem como, para requerer o que entender de direito.

TAPEROÁ, 13 de setembro de 2021.

USUÁRIO DO SISTEMA
Documento Autoassinado



MM Juiz, ante toda a documentação inerente ao acidente, bem como, a documentação dos autores demonstrando a qualidade de herdeiros, notadamente documentos pessoais e certidão de óbito do de cujus, permitem ao Juízo Processante proferir sentença de mérito.

Neste contexto, requer O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE por não haver mais provas a serem produzidas, estando o processo como supramencionado saneado e pronto para sentença.

Reitera os pedidos exordiais com procedência da presente ação como medida da mais INTEIRA JUSTIÇA!!

Taperoá/PB, Data, Hora e Assinatura Digitais.

Marcelo Dantas Lopes

Advogado OAB/PB 18446.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço conclusão do acórdão de ID **46421327** que deu provimento ao apelo e determinou o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para o regular processamento do feito.

Taperoá-PB, 4 de outubro de 2021

Adriana Dias Farias

Técnica Judiciária





**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800228-39.2018.8.15.0091

DECISÃO

Trata-se de ação que tem como pedido principal o pagamento de seguro DPVAT aos herdeiros de Francisco Anisio Fortunato.

Analizando os autos, entendo que existe a necessidade de juntada de documentos. O requerente Pedro Enrique Anisio Ferreira, atingiu a maioridade civil e os documentos pessoais, dos herdeiros, anexados à inicial encontram-se ilegíveis.

Em vista disso, **determino (art. 139, IX, do CPC) a intimação da parte autora, através do seu advogado, para que no prazo de 10 (dez) dias junte aos autos cópia dos documentos pessoais dos requerentes (legíveis), bem como nova procuração assinada pelo requerente Pedro Enrique Anisio Ferreira, regularizando a sua representação.**

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, **nova conclusão.**

Cumpra-se.

Taperoá/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito



DEMETRIUS FRANSISCO FERREIRA E OUTROS, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT de número em epígrafe que nove em desfavor da SEGURADORA LIDER S/A, vem perante Vossa Excelência, em observância ao despacho eletrônico de ID___ proferido nos presentes autos, requerer a juntada dos documentos em anexo (DOCS. LEGÍVEIS DOS AUTORES) exigidos pelo o juízo processante, inclusive PROCURAÇÃO ASSINADA PELO O AUTOR PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA. Assim, após o deferimento de juntada, e estando satisfeito o juízo requer o prosseguimento do feito com **JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, HAJA VISTA, QUE A PRESENTE DEMANDA ENCONTRA-SE MADURA PARA SENTENÇA.**

NESTES PRECISOS TERMOS, PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

TAPEROÁ/PB, DATA, HORA E ASSINATURA DIGITAIS.

MARCELO DANTAS LOPES

ADVOGADO OAB/PB 18446





Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 29/11/2021 22:05:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21112922053112500000049271406>

Número do documento: 21112922053112500000049271406

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.680.208 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/10/2017

NOME PEDRO ENRIQUE ANÍSIO FERREIRA

FILIAÇÃO FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO ANA MARIA FERREIRA

ESTADUALIDADE JUAZEIRINHO-PB DATA DE NASCIMENTO 03/10/2003

DOC. DIRETA NASCIMENTO 17482 FLS. 369 LIV. A17

CITÓRIO TAPEOA-PB

CPF 146.193.734-51

PB

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MARCELO DANTAS LOPES - 29/11/2021 22:05:32

LEIA: 29/08/83

O +



ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-900



Marcelo Dantas Lopes
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

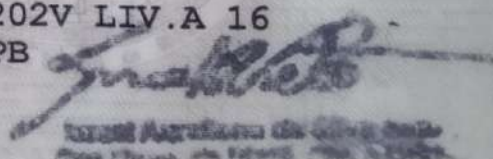


Assinado eletronicamente por: MARCELO DANTAS LOPES - 29/11/2021 22:05:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21112922053112500000049271406>

Número do documento: 21112922053112500000049271406

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	4.313.724	DATA DE EXPEDIÇÃO	09/03/2015
NOME	JOSÉ EWERTON ANISIO FERREIRA		
FILIAÇÃO	FRANCISCO ANISIO FORTUNATO ANA MARIA FERREIRA		
NATURALIDADE	TAPEROÁ-PB	DATA DE NASCIMENTO	17/01/1999
DOC ORIGEM	NASC.N.16014 FLS.202V LIV.A 16 CARTORIO TAPEROÁ PB		
CPF	131.514.264-33	 ASSINATURA DO DIRETOR	

João Pessoa - PB

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

4.061.759

DATA DE
EXPEDIÇÃO

12/06/2012

NOME

DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANISIO FORTUNATO
ANA MARIA FERREIRA

NATURALIDADE

TAPERÓÁ-PB

DATA DE NASCIMENTO

12/05/1997

DOC ORIGEM

NASC.N.15680 FLS.119 LIV.A 16
CARTORIO TAPERÓÁ-PB

CPF

702.690.284-98

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

4.680.209

DATA DE
EXPEDIÇÃO

09/10/2017

NOME

WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANISIO FORTUNATO
ANA MARIA FERREIRA

NATURALIDADE

TAPEROÁ-PB

DATA DE NASCIMENTO

08/02/2001

DOC ORIGEM

NASC.N.16788 FLS.96 LIV.A17
CARTORIO TAPEROÁ-PB

CPF

146.194.244-63

Jogo Pessoa - PB

Marcelo A.B. Lopes

Chefe do Núcleo de
Identificação Civil 16/08/2017/08/83

O +



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

20.796.643-3

DATA DE
EXPEDIÇÃO

22/02/2011

NOME

CARLOS SANDRO DO CARMO FURTUNATO

FILIAÇÃO

FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

RITA DO CARMO FURTUNATO

NATURALIDADE

PARAÍBA

DOC. ORIGEM

C. MASC LIV A11
DESTERRO

FLS 222

TERM 9339

CPI

109.098.467-74

2 Via

Marcelo Dantas Lopes
FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PRESIDENTE/DO DETRAN-RJ
MATR. 24/007.550-7

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DATA DE NASCIMENTO
07/05/1985







MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO

331118.0264663 60-36

FILIAÇÃO.....	BITA DO CARMO FURTUNATO FRANCISCO ANISIO FORTUNATO
NASCIMENTO.....	06/03/1990
ESTADO CIVIL....	SOLTEIRO
NATURALIDADE:	TAPEROA - PB
DOCUMENTO.....	R.G. - 270029192 - 22/02/2018 - DIC - RJ

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF.....: 143.478.037-61

CNH.....:

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

LOCAL DE EMISSÃO: PT - RIO DE JANEIRO - BANGU - BANGU
DATA DE EMISSÃO...: 09/03/2018

Handwritten signature





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 33.184.994-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/08/2018

NOME
RITA DO CARMO FURTUNATO

FILIAÇÃO
MARIA DAS DORES DO CARMO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
DESTERRO/PB 12/03/1964

DOC. ORIGEM
C. CASM LIV B7 FLS 23 TERM 1611
TAPEROÁ PB

CPF 768.704.214-04 PIS 12666199624
001 2 Via

LEONARDO SILVA JACOB
PRESIDENTE DO DETRAN/PB
ID 6087219-2

1200

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83







SUETONIO ANISIO FURTUNATO

FILIAÇÃO.....: RITA DO CARMO FURTUNATO
FRANCISCO ANISIO FUTUNATO
NASCIMENTO.....: 24/09/1993 SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL....: SOLTEIRO
NATURALIDADE: DESTERRO - PB
DOCUMENTO.....: R.G. - 270029184 - 29/09/2011 - DIC - RJ

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 143.478.047-33

CNH.....:

TIT. ELEITOR:

SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL DE EMISSÃO: AAT/RJ - RIO DE JANEIRO - CAMPO GRANDE

DATA DE EMISSÃO...: 10/09/2015

ANTÔNIO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE FILHO
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego - RJ

ASSINATURA DO EMISSOR



VALID

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 27.002.918-4

DATA DE EMISSÃO 29/09/2011

NOME SUETONIO ANISIO FURTUNATO

FILIAÇÃO FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

RITA DO CARMO FURTUNATO

NATURALIDADE

PARAÍBA

DOC. ORIGEM

C. NASC LIV A15

FLS 147V TERM 13246

CPF

PB

DATA DE NASCIMENTO 24/09/1993

018

2 Vias

FERNANDO AVELINO B. VIEIRA
PRESIDENTE DO DETRAN-RJ
MATR. 24/001.550-2

Fernando Avelino B. Vieira



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 27.002.919-2

DATA DE
EXPEDIÇÃO 22/02/2018

NOME
MARIA JOSÉ ANISIO FURTUNATO

FILIAÇÃO
FRANCISCO ANISIO FURTUNATO

RITA DO CARMO FURTUNATO

NATURALIDADE
TAPEROÁ/PB

DATA DE NASCIMENTO
06/03/1990

DOC. ORIGEM
C. NASC LIV A/12 FLS 563 TERM 11675
TAPEROÁ PB
CPF

001

2 Via

VINICIUS MEDEIROS PARANH
PRESIDENTE DO DETRAN-PB
TO 306/3334

0348

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,
OUTORGANTE: PEDRO HENRIQUE ANIZIO FERREIRA, brasileiro,
solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua
Francisco Anizio Vilas, 57, Conj. CEMAP, Taperoá/PB

, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob o n.º 18446 s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá-PB, CEP 58680 000, e-mail: marcelodladv@gmail.com.

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual _____ a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 29 de Novembro de 2021

X Pedro Henrique Anizio Ferreira

OUTORGANTE



(83) 9 8893.9848 | (83) 9 9640.4118
marcelodladv@gmail.com
OAB/PB - 18.448



**PROCURAÇÃO DE PEDRO HENRIQUE ANISIO CONTENDO CONTRATO DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PACTUADOS EM ANEXO - FORMATO PDF**





Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado,
OUTORGANTE: PEDRO HENRIQUE ANIZIO FERREIRO, brasileiro,
solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua
Francisco Anizio Vilas, 57, Conj. CEMAP, Taperoá/PB

, constituo e nomeio os procuradores:

OUTORGADO: MARCELO DANTAS LOPES, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob o n.º 18446 s com no escritório profissional situado na com escritório profissional situado na Rua Manoel de Farias de Castro, n.º 121, Centro, Taperoá-PB, CEP 58680 000, e-mail: marcelodladv@gmail.com.

OBJETO: representar o (s) Outorgante (s), promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad iudicia et extra*, para o foro em geral, especialmente para propor

Ação de Cobrança do Seguro DVA
, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga à Advogadas acima descritas, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art.105 da Lei 13.105/2015.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Neste instrumento lido e firmado, entre os contratantes, o outorgante compromete-se a pagar aos outorgados o percentual 20% a título de honorários advocatícios calculados sobre o valor da condenação (liquidação de sentença ou acordo firmado entre as partes), independente de sucumbência, podendo o juiz a requerimento dos advogados, reter os honorários para o cumprimento deste instrumento, expedido, assim, os RPV's separadamente, um em nome do autor e outro em nome dos patronos.

Taperoá/PB, 29 de Novembro de 2021

X Pedro Henrique Anizio Ferreira

OUTORGANTE



(83) 9 8893.9848 | (83) 9 9640.4118
marcelodladv@gmail.com
OAB/PB - 18.448





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço conclusão dos presentes autos.

Taperoá-PB, 9 de dezembro de 2021

Adriana Dias Farias

Técnica Judiciária





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800228-39.2018.8.15.0091

DESPACHO

Diante da juntada dos novos documentos determinados pelo Juízo e juntados pela parte autora, intime-se a parte promovida para que, no prazo 05 (cinco) dias, querendo, se manifeste.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

Taperoá/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito



ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAPEROA/PB

Processo n.º 08002283920188150091

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar estar ciente dos documentos anexados nos autos, requer o prosseguimento do feito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TAPEROA, 17 de dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Taperoá

R JOÃO SUASSUNA, S/N, CENTRO, TAPEROÁ - PB - CEP: 58680-000

Número do Processo: 0800228-39.2018.8.15.0091
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO, JOSE EWERTON ANISIO FERREIRA, ANA MARIA FERREIRA, SUTONIO ANISIO FURTUNATO, WELINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO, MARIA JOSE ANISIO FURTUNATO, CARLOS SANDRO DO C A R M O F U R T U N A T O
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que faço conclusão dos autos ao MM Juiz tendo em vista a juntada de petição.

TAPEROÁ, 25 de janeiro de 2022
JANILA DE CASSIA RODRIGUES ALCÂNTARA PORTELA

,MAT 476.130-8





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAPEROÁ

NÚMERO DO PROCESSO: 0800228-39.2018.8.15.0091

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

PROMOVENTE: DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO e outros (6)

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Trata-se de demanda ajuizada por **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANISIO** (filho), **JOSÉ EWERTON ANISIO FERREIRA** (filho), **WELLINGTON EMANUEL FERREIRA ANISIO** (filho), **SUETÔNIO ANISIO FORTUNATO** (filho), **CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO** (filho), **PEDRO HENRIQUE ANISIO FERREIRA (ERA MENOR)** (filho), **MARIA JOSÉ ANISIO FORTUNATO** (filha) e **RITA DO CARMO FORTUNATO** (esposa), em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Os promoventes sustentam que são herdeiros legais de **FRANCISCO ANISIO FORTUNATO**, que faleceu em acidente de trânsito. Requerem a concessão de indenização por morte, nos termos da Lei nº 6.194/74 (DPVAT).

Deferido o pedido de justiça gratuita e recebida a inicial (ID nº 23662518).



Citada, a ré apresentou contestação (ID nº 25281408), alegando a ausência de documentos comprobatórios e da comprovação de que os requerentes são as únicas herdeiras/beneficiárias de Francisco Anísio Fortunato.

Sentença ID nº 32433200 extinguiu o processo sem resolução o mérito, sob o fundamento de falta de interesse de agir.

Apresentada apelação (ID nº 33041713) e contrarrazões (ID nº 33445222).

Acórdão (ID nº 46421327) deu provimento ao apelo e anulou a sentença de extinção.

Decisão ID nº 51485422 determino a juntada de documentos por parte do promovente.

O autor (ID nº 5197451/ 51975927) apresentou petição com documentos.

É o relatório. Passo a fundamentar e decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, consigno que o presente processo encontra-se apto ao julgamento, sendo desnecessário a produção de outras provas. Respeitado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

REJEITO a preliminar de inépcia da petição inicial, pois os documentos indicados pelo réu e não juntados à petição inicial pela parte autora não são indispensáveis à propositura da ação, podendo ser supridos por outros meios de prova ao longo da instrução processual, o que ocorreu no presente caso.

Passo, doravante, à análise do mérito da demanda.

O artigo 3º da Lei 6.194/74 dispõe que *“os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R\$*



13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

De acordo com o dispositivo legal acima citado, o seguro DPVAT cobre os “danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, compreendendo as indenizações por morte, invalidez permanente total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares.

No caso dos presentes autos, trata-se de pedido de indenização por morte, feito pelos herdeiros de Francisco Anísio Fortunato.

Em análise dos documentos, consigno que consta nos autos os documentos pessoais dos requerentes, comprovando que **DEMETRIS FRANCISCO FERREIRA ANÍSIO, JOSÉ EWERTON ANÍSIO FERREIRA, WELLINGTON EMANUEL FERREIRA ANÍSIO, SUETÔNIO ANÍSIO FORTUNATO, CARLOS SANDRO DO CARMO FORTUNATO, PEDRO HENRIQUE ANÍSIO FERREIRA, MARIA JOSÉ ANÍSIO FORTUNATO**, são filhos e **RITA DO CARMO FORTUNATO** era a esposa de FRANCISCO ANÍSIO FORTUNATO.

Os promoventes juntam os documentos pessoais (ID nº 5197451/ 51975927), a certidão de casamento (ID nº 1462833 – pág. 1) e a certidão de óbito (ID nº 14262467 – pág. 04). Tais documentos comprovam as alegações contidas na inicial.

Em vista disso, considerando a comprovação da qualidade de herdeiros dos requerentes, o reconhecimento do dever de indenização devido e a comprovação do nexo, entendo como devida a concessão da indenização, dentro dos seus quinhões hereditários.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS. COMPANHEIRA DO FALECIDO. FILHO MENOR. BENEFICIÁRIO. COMPROVAÇÃO. PAGAMENTO. CREDOR PUTATIVO. TEORIA DA APARÊNCIA. DILIGÊNCIAS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ÔNUS DA SEGURADORA. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à



hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte. **3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que é válido o pagamento da indenização do seguro àqueles que se apresentam como únicos herdeiros, salvo quando comprovado que a seguradora não detinha elementos para identificar a existência de outros credores.** 4. Na hipótese, o tribunal local destacou a ausência de comprovação de diligências por parte da seguradora antes de promover o pagamento do seguro DPVAT exclusivamente ao filho do falecido que se apresentou como único herdeiro, em detrimento da companheira e do segundo filho que se viram excluídos do recebimento do seguro. 5. A revisão dos fundamentos do acórdão estadual demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento inadmissível no âmbito de recurso especial em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ. 6. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AREsp: 1717066 MT 2020/0146673-3, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 15/06/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/06/2021)

Portanto, inexistindo a comprovação de outros herdeiros, atestada a hereditariedade, deve o valor deve ser pago pela ré.

Fixadas tais premissas, tem-se que, de acordo com o artigo 3º, inciso I, da Lei 6.194/74, o valor da indenização em caso de morte é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que no presente caso deve ser dividido em oito partes (número de herdeiros).

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido da parte autora, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), sendo R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), para cada requerente, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do acidente (STJ, Súmula 580) e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) a partir da citação (STJ, Súmula 426), assim o faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, os quais arbitro em 20% (dez por cento) do valor atualizado da condenação (CPC, art. 85, §2º).

Sentença publicada e registrada com a inserção no sistema PJe.

Intimem-se.



Se houver a interposição de recurso de apelação:

1. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões à apelação, num prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 1º).
2. Se o apelado interpuser apelação adesiva, intime-se o apelante para apresentar contrarrazões, em 15 (quinze) dias (CPC, art. 1.010, § 2º).
3. Após as formalidades acima mencionadas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba (CPC, art. 1.010, § 3º).

Com o trânsito em julgado, se nada for requerido (CPC, art. 523), archive-se.

Taperoá/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

